UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

JAQUELINE SANTIAGO PORTUGAL

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A PROJEÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Salvador
2009

JAQUELINE SANTIAGO PORTUGAL

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A PROJEÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Monografia apresentada ao Colegiado de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a conclusão do curso de Pedagogia. Orientação: Profª Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão.

Salvador
2009

JAQUELINE SANTIAGO PORTUGAL

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PARA A PROJEÇÃO PROFISSIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Pedagoga pela Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

_____
Mestranda Eliane de Sousa Nascimento
Faculdade de Educação – UFBA

_____
Prof. Dr. Félix Marcial Díaz-Rodríguez
Faculdade de Educação – UFBA

_____
Profª Nelma de Cássia Silva Sandes Galvão (Orientadora)
Faculdade de Educação - UFBA

Salvador, ___ de _____ de 2009.

Dedico este trabalho às pessoas que vêem na diversidade humana a possibilidade de construir múltiplos conhecimentos e diferentes saberes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me presenteado com a vida.

Aos meus pais que dentro de suas possibilidades buscaram oferecer a mim e as minhas irmãs o melhor para que pudéssemos atingir nossos objetivos e que com muito esforço, e dedicação tem criado a mim e minhas irmãs.

Às minhas irmãs, pelo apoio.

Á minha mãe e a minha tia Maria Benildes que se preocuparam e me incentivaram a não desistir nos momentos de desânimo.

À meu namorado Ivan, pelo companheirismo.

Aos meus amigos que me ajudaram no correr da vida.

À professora Nelma Sandes, por saber me compreender nos momentos difíceis no processo de construção do conhecimento acadêmico.

Aos professores da Faculdade de Educação – UFBA, pelo apoio e pela oportunidade de tecer com eles saberes essências a minha vida.

Ao meu primo professor João de Deus que é para mim uma verdadeira inspiração de vida. Agradeço por sua dedicação e orientação.

Se a educação sozinha não pode transformar a sociedade, tampouco sem ela a sociedade muda. Paulo Freire (2000. p, 67).

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo central compreender de que maneira a educação pode contribuir para a projeção profissional da pessoa com deficiência visual. Na perspectiva da análise de história de vida, com uma abordagem qualitativa buscou-se como referência o depoimento de uma pessoa com cegueira total, a fim de observar no seu processo de formação pessoal e profissional a contribuição da educação. O motivo pelo qual este tema foi escolhido advém do interesse em refletir sobre as práticas educativas presentes, tanto na escola quanto no âmbito familiar e social a favor da pessoa com deficiência. No mundo contemporâneo, o desenvolvimento social do indivíduo está diretamente atrelado ao sucesso profissional. Sendo assim, cabe a educação oferecer condições adequadas para o desenvolvimento de habilidades necessárias ao convívio social, bem como tornar favorável o acesso desses ao mundo laboral. Nessa perspectiva abordamos teoricamente as passagens conceituais e históricas sobre a deficiência visual e também sobre a relação existente entre deficiência e trabalho; educação e trabalho. E por fim, a apresentação de uma pessoa cega que, por meio de seu depoimento revelou na sua história de vida um exemplo de superação.

Palavras-chave: Deficiência visual. Aspectos educativos. Trabalho e educação. Inclusão profissional.

SUMÁRIO **pg.**

1 INTRODUÇÃO **10**

2 A DEFICIÊNCIA VISUAL **13**

2.1. Aspectos Históricos da Educação Especial para cegos 13
2.2. Conceito e Classificação 16
2.2.1 Etiologia da Deficiência visual 19
2.3 Aspectos educativos relevantes para o aprendizado da pessoa com deficiência visual 19
2.31. Intervenção conforme a causa da deficiência visual 23

3 DEFICIÊNCIA E TRABALHO, TRABALHO E EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES **26**

3.1. Trabalho e Deficiência: uma relação histórica 26
3.2. Inclusão: a que se atribui este discurso? 28
3.3. Educação e trabalho: Uma relação que se justifica
3.4. Leis do trabalho para Pessoas com Deficiência 33
3.5. A pessoa com deficiência visual e o trabalho 37
3.6. A contribuição das tecnologias assistivas para os deficientes visuais 40

4 METODOLOGIA **45**

4.1. Apresentação de “D.J” 47
4.2. Análise de Dados: Uma breve análise da trajetória pessoal e profissional de D.J 47

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS **53**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS **56**
APÊNDICE **60**
ANEXOS **62**

1. INTRODUÇÃO

A razão deste trabalho justifica-se pela necessidade de ponderarmos acerca do significado da educação para a projeção profissional da pessoa com deficiência visual, uma vez que, constitucionalmente a educação é um direito de todos independente da diferença de raça, crença, limitação física ou sensorial. Percebe-se também que para as pessoas com deficiência visual, a inclusão no mercado de trabalho não é ainda uma realidade presente, nem mesmo nos ambientes laborais que lhe são propícios, visto que esta situação provém, muitas vezes, do preconceito e da ignorância da sociedade perante a sua condição, bem como da falta de acesso a uma educação que lhe proporcione uma formação satisfatória. Não oferecer oportunidades às pessoas com deficiência, de certa forma, assemelha-se a uma atitude retrógrada que impacta no desenvolvimento da pessoa, enquanto cidadão.

A educação e o trabalho são dois elementos basilares para o desenvolvimento social e que devem estar presentes na vida de todos, não só como direito, mas também como dever, sendo que é por meio da prática do conhecimento adquirido sobre a sociedade, que se encerra o exercício da cidadania. Através da educação é possível desenvolver na pessoa com deficiência visual as bases necessárias para a construção do conhecimento e do seu desenvolvimento integral. Sendo assim, é relevante oferecer uma riqueza de estímulos no sentido de otimizar o processo de aprendizagem do sujeito em todas as suas instâncias. Pois, através destas intervenções será possível favorecer ao mesmo as condições necessárias não só à sua inserção social, mas também à sua projeção profissional, sendo capaz de realizar o seu exercício de cidadão.

No mundo contemporâneo as pessoas são valorizadas pelo que podem produzir e desde a antiguidade as pessoas com deficiência eram conceituadas como pessoas incapazes e, portanto eram afastadas dos ambientes sociais, não tendo a chance de mostrar suas aptidões. Este afastamento deflagrou para muitas sociedades uma grande dívida para com as pessoas com deficiência. A reparação desta atitude e das idéias permeadas por preconceito, mitos e tabus tem na ação inclusiva a perspectiva de concretizar ações que possam efetivar a participação desse público na sociedade, principalmente nos ambientes educacionais e laborais, uma vez que, são considerados

meios de inserção social. A escola tem como papel “desconstruir” idéias que foram reproduzidas ao longo dos anos por meio do oferecimento de condições adequadas de ensino e aprendizagem. Cabe aos Poderes Públicos e a sociedade acolher e reconhecer a capacidade de atuação destas pessoas, a fim de que estas possam ter a chance de mostrar suas aptidões.

Convém salientar que este trabalho fará um passeio com “pegadas” não muito profundas, que irão incidir sobre assuntos referentes à questão do deficiente visual e o trabalho, visto que o tema é muito amplo. Porém, a real intenção é expor o significado da educação para contribuir na projeção profissional e social de pessoas que não enxergam. Assim, vale salientar que o sujeito principal desta pesquisa é a pessoa com deficiência visual do tipo **cegueira total**, uma vez que existem outros tipos de classificação da deficiência a qual ocorre de acordo com o grau de acuidade visual.

Existe no Brasil, um contingente expressivo de pessoas que não apresentam nenhum tipo de deficiência, e estão desempregadas. A dificuldade para conseguir emprego é grande, sendo assim, pode-se imaginar as barreiras e desafios enfrentados por pessoas que nasceram, ou que adquiriram a deficiência visual em uma determinada fase da vida. É visível a dificuldade em ajustar os ambientes sociais às pessoas com deficiência, haja vista que, em sua maioria, são construídos e pensados a partir do “modelo” de pessoas comuns. Este quadro evidencia uma das dificuldades enfrentadas pelas pessoas com limitações no momento de sua inclusão nas escolas, no âmbito laboral e em outros ambientes sociais.

Considerando esta situação e as leis que visam garantir os direitos das pessoas com deficiências na perspectiva de favorecer a sua inclusão profissional, é importante refletir a respeito da seguinte questão: Como as pessoas com deficiência visual podem competir numa sociedade que impõe dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho, tendo em vista o desajuste existente entre a lei e a realidade vivenciada por eles? O foco na questão aqui esplanada nos impulsiona a refletir sobre os aspectos educativos que podem favorecer o encaminhamento da pessoa com deficiência visual ao mercado de trabalho, tendo a educação como fator precípuo da sua projeção profissional.

Esta pesquisa tem como objetivo, compreender de que maneira a educação pode contribuir para a projeção profissional do sujeito em questão. Os objetivos específicos se dispõem com a finalidade de: Identificar aspectos educativos que contribuem para a formação profissional da pessoa com deficiência visual do tipo cegueira; Identificar as barreiras que interferem na inclusão profissional de pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, bem como, identificar ações que podem favorecer o bom desempenho do deficiente visual no ambiente de trabalho.

Para a promoção deste trabalho foi adotada como opção metodológica, a análise da história de vida que tem uma abordagem de caráter qualitativo. A análise refere-se a historia de vida de uma pessoa com deficiência visual do tipo cegueira que encontrou na educação a base fundamental para o seu desenvolvimento, tanto pessoal quanto profissional e por meio desta, associada a outros aspectos, também relevantes conseguiu superar barreiras sociais e conquistou um espaço na sociedade.

Na primeira parte serão expostos os objetivos que acercam este trabalho, bem como, a pertinência do mesmo e a metodologia que já se faz presente neste texto. A segunda parte do trabalho trata a respeito da deficiência visual, destacando o seu conceito, caracterização e percepção do deficiente visual, bem como, faz referência ao histórico que envolve a pessoa com deficiência visual. A terceira parte trata da relação existente entre deficiência e trabalho, salienta possíveis contribuições para a inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho e sobre o ambiente favorável ao seu desempenho e expõe também sobre a relação existente entre o deficiente visual e o trabalho, bem como, sobre a contribuição das tecnologias para a sua projeção profissional. Por fim, na quarta parte do trabalho foi feita à análise das informações obtidas através dos depoimentos, bem como, na quinta parte foram feitas as considerações finais sobre o trabalho realizado.

2. A DEFICIÊNCIA VISUAL

Para melhor compreender as questões que envolvem as pessoas com deficiência visual, cabe conhecer um pouco a realidade que as envolvem. Para tanto, inicialmente serão feitas breves considerações sobre o seu contexto histórico, a fim de se notar a maneira como essas pessoas eram tratadas e conceituadas. Também será exposta de maneira sucinta a caracterização e a conceituação desta deficiência, bem como, será mostrado como as pessoas com deficiência visual percebem o mundo a sua volta, considerando possíveis orientações condizentes com o tipo da deficiência visual.

Primeiramente, convém ponderar que o indivíduo que não enxerga ou que possui uma visão reduzida não é uma pessoa incapaz, pelo contrário, este sujeito é capaz de falar, pensar além de ser detentor de uma sensibilidade muita rica. Assim, por perceber no deficiente visual a propensão a ser um indivíduo autônomo é que se faz válido neste trabalho ressaltar as suas aptidões ou capacidades. Sendo assim, é indiscutível que o deficiente visual seja oportunizado à socialização e ao contato com o ambiente, a fim de que os outros sentidos possam ser estimulados e que dessa maneira a convivência seja o alicerce para evitar o segregacionismo.

2.1. Aspectos Históricos da Educação Especial para cegos

Algumas pessoas carecem de atendimentos especiais por apresentarem determinadas limitações às quais podem advir de problemas auditivos, mentais, motores, visuais ou mesmo de condições ambientais desfavoráveis. Por esta razão justifica-se historicamente no ramo da educação a existência da educação especial que é voltada para atender as citadas especificidades.

O contexto histórico sobre as pessoas com deficiência é permeado por muito preconceito e atos criminosos. Desde a antiguidade as crianças que nasciam com algum tipo de limitação física ou mental eram desprezadas, discriminadas e até assassinadas. O conceito em torno dessas pessoas refletia o preconceito onde estas eram consideradas como pessoas incapacitadas.

Porém, no que se refere à concepção endereçada a estas pessoas percebe-se que houve uma evolução no posicionamento com referência a participação da pessoa

com deficiência na sociedade, pois à medida que as condições sociais foram alteradas pela própria ação do homem, também foram geradas novas necessidades na sua relação com o meio social (LANCILLOTTI, 2006, p 47). Desse modo, é importante considerar que a contribuição de alguns cientistas foi relevante para divulgar as aptidões que estas pessoas são capazes de desenvolver apesar de suas limitações. Assim, "(...) sobre os avanços científicos há uma mudança de paradigma na análise das minorias que, não são mais vistas como intrinsecamente incapazes, mas como vítimas da falta de acesso aos direitos sociais" (CAIADO, 2003. p.10). Com isso, foram mobilizados esforços para acolher melhor este público.

A educação especial possui em sua singularidade a função de construir múltiplos caminhos, dada a sua perspectiva de atender as necessidades das pessoas em suas limitações específicas, bem como considerando a diversidade das mesmas como seres sociais e históricos. Sendo assim, convém ressaltar sobre a educação especial, particularmente direcionada às pessoas com deficiência visual alguns aspectos históricos.

Pode se afirmar que o reconhecimento sobre a competência das pessoas cegas foi em decorrência do esforço e interesse de pessoas ilustres que se preocuparam em criar métodos que tornasse viável a aquisição da leitura e escrita pelos cegos.

Em quase todas as culturas é possível identificar que as pessoas que não enxergam sempre foram colocadas à margem da sociedade. Em um contexto histórico podem se distinguir algumas fases até o reconhecimento universal de que as pessoas cegas são capazes de serem educadas.

No século XVI, o entendimento que se tinha a respeito do cego era de que os mesmos eram incapazes de serem educados, porém, se alguns deles se destacassem por sua inteligência ou cultura este fato era atribuído à crença de que os mesmos eram detentores de "poderes sobrenaturais". No entanto, para garantir o seu sustento muitos cegos dedicavam-se à mendicância e, na maioria das vezes, abrigavam-se em instituições e asilos para cegos, os quais não tinham um caráter educacional propriamente dito (DALL' AQUA, 2002).

Esta concepção a respeito dos cegos perdurou por vários anos e a mudança partiu de ações isoladas de indivíduos que buscaram o reconhecimento do valor

humano e intelectual dessas pessoas socialmente excluídas. Segundo Mazzotta (1993), a mudança sobre a capacidade de aprendizado das pessoas com deficiência, a defesa da cidadania e do direito à educação são recentes. Sendo assim, no século XVIII, para esta mudança houve a contribuição do francês Valentin Haüy o qual fundou em Paris uma instituição para cegos que atuava como centro educativo. Para viabilizar o processo de aquisição da leitura e da escrita, Valentin Haüy criou um método que se baseava na utilização de letras em relevo fixadas sobre o papel para que através dos dedos pudessem ser lidas. Contudo, este método era ineficaz devido à realização da leitura de forma lenta e da quase inexistência da escrita por ser muito complexa.

Surgiu então outro método que foi inspirado na invenção de um francês militar chamado Charles Barbier o qual tinha como propósito facilitar a leitura e a escrita dos soldados no escuro. Com este sistema também foram criados a lousa e o punção para escrever. Este método acabou sendo utilizado pelos cegos como sistema de leitura e escrita. O processo de leitura se dava a partir da leitura tátil. Porém, este método também era muito complexo, pois se utilizava uma grande quantidade de pontos o que dificultava a apreensão, em sua totalidade, por um único dedo (BUENO, 2003). Sendo assim, um outro francês chamado Louis Braille (1809-1852), cego desde os três anos em decorrência de um acidente, aprendeu a ler e a escrever através do método idealizado por Valentin Haüy. No entanto, foi inspirado pelo método de Barbier que Louis Braille desenvolveu um sistema de leitura e escrita que, por experiência própria, notou que seis pontos eram suficientes para ser apreendido pelos dedos e assim realizar a leitura. Este método ficou conhecido como Método Braille apesar de ter sido introduzido na Espanha em 1840, por Jaime Bruno Berenger, professor da Escola Municipal de Cegos de Barcelona o método só foi reconhecido oficialmente benéfico e vantajoso para a leitura e escrita dos cegos em 1918 após sofrer várias críticas. (BUENO, 2003).

No Brasil, antes do reconhecimento oficial do método, em 1835, foi apresentado pelo deputado Cornélio Ferreira França à Assembléia um projeto de lei o qual teve como finalidade a criação do lugar de professor de primeiras letras destinado ao ensino de cegos e surdos-mudos, na capital do império e nas capitais das províncias. Sendo

assim, este projeto pode ser considerado como uma primeira preocupação oficial com a educação de pessoas com deficiência visual (MASINI, 1993).

Em 1854, foi criada a primeira escola para cegos na América do Sul, situada no Brasil no Estado do Rio de Janeiro. Desse modo, inspirado no exemplo de José Álvares de Azevedo, jovem cego que estudou na França em um período de seis anos, o Imperador D. Pedro II convenceu-se das reais possibilidades de progresso escolar dos deficientes visuais e por este motivo, baixou o Decreto Imperial de nº 1.428, de 12 de setembro de 1854 que possibilitou a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos. Contudo, após o advento da República a escola passou a chamar-se, Instituto Benjamin Constant, como homenagem ao seu grande defensor republicano. A segunda escola brasileira denominou-se como Instituto São Rafael, esta foi criada em 1926 em Minas Gerais. Após seis anos, precisamente em 1933, surge em Salvador o Instituo de Cegos da Bahia. Em 1946, foi criada a Fundação para o livro do cego no Brasil, a qual se destinava a imprimir livros com caracteres em Braille, posteriormente, chamada de Fundação Dorina Nowil a qual passou também a oferecer serviços especializados. Já na década de 50 os cegos foram oportunizados pelo Conselho Nacional de Educação a ingressar na Faculdade de Filosofia o que representou para estes a chance de favorecer a sua emancipação (MAZZOTTA, 1993).

Neste breve histórico considerou-se a evolução da concepção da sociedade a respeito das pessoas com deficiência visual, porém apesar da constatação de suas aptidões ainda há a presença de ranços de preconceito e discriminação por este público devido à crença de que estes são incapazes e por isso não são favorecidos de forma equitativa no âmbito social. A negação da sociedade aos direitos destas pessoas inviabiliza o seu processo de desenvolvimento e o seu exercício de cidadania ficando assim propenso à exclusão social.

2.2. Conceito e Classificação:

De uma maneira simples é possível dizer que a deficiência visual corresponde ao desprovimento do sentido da visão ou de uma parte considerável da mesma. No entanto, compreende-se que o referido termo trata-se de um caso irreversível de

redução da resposta visual, mesmo após o uso de óculos convencionais, tratamento cirúrgico ou clínico.

É interessante considerar que nem todas as pessoas que possuem a deficiência visual são totalmente cegas, pois há dois tipos de classificação que estão associados ao grau de acuidade visual, ou seja, a capacidade da pessoa perceber visualmente e distinguir pequenos detalhes, portanto, a mesma se classifica em dois tipos, **cegueira** e **visão subnormal ou baixa visão,** também conhecida como **visão reduzida.**

Os Parâmetros Curriculares Nacionais referem-se à deficiência visual como "a redução ou perda total da capacidade de ver com o melhor olho e após a melhor correção ótica". A sua manifestação ocorre da seguinte maneira:

> - Cegueira: caracteriza-se por perda da visão, em ambos os olhos. A pessoa possui visão de menos de 0,1% no melhor olho após a correção ou um campo visual não excedente a 20 graus, no maior meridiano do melhor olho, mesmo com o uso de lentes de correção. Sobe o enfoque educacional, a cegueira representa a perda total do resíduo mínimo da visão, que leva o indivíduo a necessitar do Método Braile como meio de leitura e escrita, além de outros recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação.
> - Visão reduzida: quando a acuidade visual está entre 6/20 e 6/60, np melhor olho, após correção máxima. Sob o enfoque educacional, trata-se de resíduo visual que permite ao educando ler impressos à tinta, desde que se empreguem recursos didáticos e equipamentos especiais (BRASIL, 1999a).

A partir desta referência pode se notar que para viabilizar a comunicação da pessoa com deficiência visual faz-se necessário atentar para o grau de acuidade ou classificação da deficiência. Assim, para a pessoa cega ler e escrever, a princípio, pode ser usado como recurso, o sistema Braile. Às pessoas que possuem visão reduzida são disponibilizados recursos ópticos que são apropriados para estimular a sua visão residual, pois estas podem ler à tinta, desde que sejam empregados recursos didáticos adequados ou equipamentos específicos que facilitem a sua leitura ou escrita.

Considerando a deficiência visual sob sua relação com a esfera produtiva, uma vez que este estudo trata, particularmente, da relação existente entre o deficiente visual e sua projeção profissional, pode se mencionar o Decreto nº 5.296/2004, que regulamenta a Lei 10.098/2000, classifica a deficiência visual em cegueira e baixa visão nos seguintes termos:

> § 1º. Considera-se, para os efeitos deste Decreto:
> I - pessoa portadora de deficiência, além daquelas previstas na Lei nº. 10.690, de 16 de junho de 2003, a que possui limitação ou incapacidade para o desempenho de atividade e se enquadra nas seguintes categorias:

> [...]
> c) deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 2).

No Manual para os Serviços de Saúde dos Servidores Civis Federais (MSSSCF) define na portaria MPOG nº 1.675/2006 o conceito de cegueira e visão equivalente à cegueira da seguinte maneira:

> Cegueira ou amaurose é um estado patológico no qual a acuidade visual de ambos os olhos é igual a zero, sem percepção luminosa, após esgotados os recursos de correção óptica. São equivalentes à cegueira e como tais considerados: os casos de perda parcial da visão, nos limites previstos nesta norma, não susceptíveis de correção óptica, nem capazes de serem beneficiados por tratamento médico-cirúrgico (BRASIL/ MPOG, 2006, p 31).

Embora existam tais definições Masini (1994) considera questionável a classificação da deficiência visual a partir da acuidade visual, uma vez que este aspecto se baseia no que falta ao sujeito e prefere adotar em seu trabalho a definição da American Foundation for the Blind (1975):

> A criança cega é aquela cuja perda de visão indica que pode e deve funcionar em seu programa educacional, principalmente através do uso do sistema Braille e de aparelhos de áudio e de equipamento especial, necessários para que alcance seus objetivos educacionais com eficácia sem uso da visão residual (MASINI, 1994, p.40).

Lima (2006) assegura que pelo aspecto funcional esta definição é interessante, mas sinaliza que a população de pessoas com deficiência visual é heterogênea. Desse modo, embasada pelas idéias de Vygotsky a autora entende que deve se considerar as potencialidades do sujeito, bem como suas construções a quais terão como auxílio a reorganização do organismo na perspectiva de superar a ausência do sentido visual, mediante o processo de compensação.

Como já foi mencionado, diante das definições aqui expostas, o termo ao qual se faz referência neste trabalho diz respeito ao tipo de deficiência visual grave que corresponde à cegueira total.

2.2.1 Etiologia da Deficiência visual

É irrefutável a importância do sentido da visão, pois este possibilita a captação de diversas informações. Através do ato de enxergar, o indivíduo é capaz de perceber as pessoas, os objetos ao seu redor, bem como as cores, as formas e é capaz de identificar a textura de uma superfície, sem necessariamente tocar, mas mediante uma experiência tátil anterior. Portanto, a visão é o sentido que proporciona, de uma maneira mais rápida, a capitação de informações e permite identificar não só o objeto, mas perceber a sua posição espacial a grandes distâncias de uma maneira mais detalhada, como afirma Ochaita e Rosa, (1995).

A ausência do sentido visual inviabiliza a aquisição de informações, assim sendo há um grande número de distúrbios visuais de etiologias variadas. A razão da carência visual pode ser em virtude de causa congênita, que diz respeito a uma má formação no campo visual do indivíduo, provêm de um distúrbio genético, ou a causa pode ser adquirida, que acomete o indivíduo em uma determinada fase de sua vida após o seu nascimento, pode ser proveniente de traumas oculares ou de alguma doença contraída ou ainda o resultado de uma perda abrupta ou progressiva (OCHAITA e ROSA, 1995).

Segundo Lima (2006), a falta de prevenção ou tratamento de doenças como diabetes, rubéola, catarata, glaucoma, toxoplasmose, podem desencadear o processo de diminuição da acuidade visual ou a cegueira total. Para a autora, um outro fator que pode contribuir para a manifestação da deficiência visual são as condições precárias de alimentação, saúde e hábitos inadequados como beber, fumar, os quais podem fragilizar a saúde do bebê e da gestante. Sendo assim, autora sugere a realização do pré-natal como uma forma de prevenção da deficiência e que pode também orientar a atitude de mães e pais. Portanto, é importante ressaltar que a perda da visão ou a sua diminuição acarreta para o indivíduo uma série de transtornos, tanto na sua vida pessoal, como também na sua vida social a qual fica muito restrita.

2.3 Aspectos educativos relevantes para o aprendizado da pessoa com deficiência visual

O mundo e a vida nos oferecem uma gama de informações que promovem o conhecimento e o desenvolvimento do indivíduo. Considerando que a diversidade é

uma característica universal, os indivíduos, apesar de serem da mesma espécie e possuírem semelhanças, apresentam também peculiaridades que os diferem. Sendo assim, é possível considerar que há formas distintas de aprender e de conhecer. A respeito de uma consideração particular, por exemplo, se as pessoas que possuem o sentido da visão vêem a vida, as pessoas que são carentes deste sentido sentem a vida e, sendo assim, esta não deixa de ser uma forma diferente de aprender e compreender o mundo a sua volta. Segundo Ochaita e Rosa, (1995, p.197), "os deficientes visuais podem atingir um desenvolvimento intelectual semelhante ao desenvolvimento das pessoas que enxergam. Contudo, o processo de desenvolvimento se diferencia mediante a evolução de dois fatores principais, o modo tátil de coletar informações e a remediação verbal". Deste modo, os autores reforçam a idéia de que tanto o cego quanto a pessoa que possui baixa visão é capaz de compreender situações como as pessoas que enxergam, desde que lhe sejam oferecidas condições adequadas que favoreçam o seu desenvolvimento. Sendo assim, faz-se necessário à limitação um direcionamento no processo de aprendizagem a partir de uma adequação da metodologia e dos recursos utilizados.

Muitas teorias contemporâneas ressaltam que a socialização e a ação sobre o ambiente favorecem a aquisição do conhecimento através da experiência. Portanto, excluir a pessoa que possui uma limitação visual total ou reduzida é condicioná-la a dependência e desconsiderar todo o seu potencial. Segundo Masini (1993), os problemas causados pela cegueira poderiam ser evitados se pais, professores e educadores buscassem estar atentos a maneira como o deficiente visual se relaciona, que percebe o meio ambiente à sua volta, bem como, não ignorar a importância de oferecer a esta pessoa as mesmas oportunidades que são oferecidas as demais crianças.

Nesse sentido, considerando o perceber e o relacionar do deficiente visual, a autora sugere que o tempo que o mesmo utiliza para realizar suas atividades e explorar o mundo, seja respeitado, no intuito de favorecer o desenvolvimento de sua coordenação motora e locomoção, bem como, o conhecimento da relação espacial. O excesso de proteção prejudica o desenvolvimento do deficiente visual, portanto este é outro aspecto que deve ser evitado, assim é recomendado pela autora que permita o

indivíduo a explorar o ambiente o máximo possível, mesmo que este venha a se deparar com situações adversas, pois as dificuldades fazem parte do aprendizado e dessa maneira a criança irá adquirir segurança e autonomia (Masini, 1993).

Segundo Lima (2006), na busca pelo aprendizado, a pessoa cega depara-se com dois desafios: a locomoção independente e o acesso e utilização da leitura escrita pelo método Braile, sendo assim, a princípio o educador deve considerar o espaço de ação cotidiana o qual deve ser vivenciado e representado pelo aluno. Assim, estimular o aluno cego a agir sobre o ambiente permitirá que o mesmo possa registrar em sua memória corporal as referências relativas à lateralidade e às partes do corpo as quais servirão como referência espacial.

Masini (1997) destaca como importante para o desenvolvimento da pessoa cega a formação do autoconceito, uma vez que, é através da avaliação positiva que a pessoa cega tem de si, que a mesma irá desenvolver uma auto-estima elevada e confiança em si mesma e isto favorece para que ela aprenda a lidar com seus limites e possibilidades. No entanto, a ação contrária, ou seja, a avaliação negativa fará com que a pessoa cega desenvolva um autoconceito negativo.

A participação da família da pessoa que é cega é relevante, pois a credibilidade que a mesma expressa favorece de forma significativa para elevar a sua auto-estima e motivá-lo a buscar o seu desenvolvimento e conseqüentemente a conquista de sua autonomia a qual torna-se relevante para sua inserção social e profissional.

Embora tenha a pessoa com deficiência, a necessidade de cuidados é prudente que se lhe permita ir além de suas dificuldades para que a mesma possa construir através da referência e do apoio familiar o reconhecimento de seus próprios valores. No entanto, vale ressaltar que a proteção exagerada da família “vestida” pelo medo aprisiona, limita e inibe o indivíduo e torna o seu campo de sociabilidade restrito, pois a família ou as pessoas responsáveis pela pessoa que é cega, na tentativa de protegê-la acabam tornando-se carcereira da mesma. Além disso, este sentimento de medo pode ser transferido para este tornando-o inseguro, desmotivado e acomodado a sua condição. Por tanto, provocar o contato com outras pessoas e em outros ambientes contribui de forma significativa para a construção de uma identidade com um campo vasto para colher subsídios necessário para a formação de sua personalidade e

desenvolver sua autonomia. Assim, é relevante que se possa estabelecer entre a escola e a família um diálogo, ou seja, os educadores devem buscar orientar a família da pessoa cega, no sentido de evitar que a mesma possa superproteger, expressar descrédito ou falta de expectativa em relação ao sujeito. Esta ação esta diretamente ligada ao processo de desenvolvimento da auto-estima e autoconceito da criança. Portanto, a autora sinaliza a importância entre a relação que a escola deve estabelecer com a família e a relevância do papel exercido por esta no desenvolvimento do sujeito (LIMA, 2006).

Considerando o exposto, compreende-se que o autoconceito seja um aspecto fundamental para o desenvolvimento da pessoa cega. Além disso, o ambiente de aprendizado deve ser favorável, com diversos materiais que possam favorecer o estímulo do aprendiz, tais como: papelão grosso, espuma, tecido colorido, chocalho, emborrachado, tampinha de garrafa, argolas grandes e pequenas, entre outros recursos que possam favorecer o desenvolvimento do sistema háptico ou tato que é fundamental para o desenvolvimento, tanto da criança, quanto do adulto cego (LIMA, 2006).

Outro aspecto importante que o educador deve estar atento é aos canais perceptivos das pessoas cegas, uma vez que na comunicação há a predominância dos aspectos verbais e visuais, a fim de que, o aluno possa desenvolver a capacidade de organizar o seu mundo, bem como a capacidade de interagir com os abjetos e com as pessoas por meio do uso dos sentidos remanescentes, como o tato, o olfato, a gustação e habilidade sinestésica (MASINI, 1997). Depreende-se então que, a sensibilidade é o recurso utilizado pela pessoa cega para tornar as informações advindas do “exterior”, significativas. Assim, convém ressaltar que os recursos didáticos devem ser adaptados e adequados observando-se o tamanho, a faixa etária, a disposição das diferentes texturas, respeitando sempre a fidelidade das formas dos objetos, no intuito de tornar o aprendizado, não só atraente, mas também significativo.

Por tanto, compreende-se que na ausência do sentido da visão deve se explorar os sentidos remanescentes. Cada um destes sentidos possui possibilidades informativas peculiares, que traduzem para o indivíduo um conhecimento acerca do ambiente a sua volta e que para o deficiente visual equivalem ao sentido da visão. Vale

ressaltar que a comunicação verbal também é importante para mediar as informações obtidas pelo cego.

O professor ao estar em contato com o seu aluno deverá, também, estar atento a aspectos que o ajudarão a lidar com o processo educacional do deficiente visual é sobre esta questão que Masini (1993) afirma que o educador não pode esquecer-se de que a deficiência visual se constitui como uma privação de estímulos e de informações do meio ambiente. Portanto, sua grande preocupação deverá ser de encontrar os caminhos para a pessoa cega ampliar o seu contato com o mundo que o cerca, ampliando sua percepção e compreensão dos conhecimentos.

Pode ser observado, a partir do exposto que a aprendizagem e o desenvolvimento das pessoas desprovidas do sentido da visão não devem estar fadados a sua limitação, pelo contrário, suas habilidades devem e podem ser exploradas. Mas para tanto, entende-se que seja necessária uma revisão de conceitos, que se percebam nas pessoas com deficiência suas capacidades; que sua limitação não seja sinônimo de incapacidade e nem deva ser empecilho para o seu desenvolvimento intelectual, nem servir como barreira em que o mesmo seja privado de exercer o seu papel de cidadão. A maneira como as pessoas que são cegas captam informações difere das pessoas que enxergam, porém, isso não quer dizer que as mesmas não sejam capazes de aprender, portanto é preciso desconstruir esta idéia errônea e perceber que deficiência não é o mesmo que de ineficiência ou incapacidade. No entanto, será necessário promover condições favoráveis e condizentes às limitações das mesmas, no intuito de proporcionar-lhes um aprendizado satisfatório. Os autores citados sugerem que seja conferido ao sentido do tato uma atenção melhor, considerando que o mesmo irá proporcionar ao deficiente visual uma melhor captação de informações, seguido também da remediação verbal. Por isso, nos impulsiona a refletir a respeito das formas de intervenções direcionadas a esta clientela onde devem ser considerados os recursos e suas limitações, prevendo para os mesmos o alcance de um desenvolvimento satisfatório desde que não seja considerada somente a vontade pessoal do indivíduo, mas principalmente as condições que lhes são oferecidas.

2.3.1 Intervenção conforme a causa da deficiência visual

A percepção do deficiente visual se diferencia entre as pessoas que já nasceram com a deficiência e as que a adquiriram em um determinado período da vida. Sendo assim, para que o deficiente visual possa desempenhar suas atividades com autonomia faz-se necessário levar em consideração o fator causal em que o indivíduo foi acometido pela deficiência, se por causa **congênita** ou **adquirida**, bem como se o indivíduo possui cegueira total ou baixa visão. Com referência ao tipo de deficiência os recursos utilizados e serviços são semelhantes, contudo para a pessoa que possui baixa visão ou visão subnormal serão utilizados recursos que possam aproveitar o resíduo visual.

Assim, a depender da causa o indivíduo será conduzido a ter uma relação diferenciada com as informações obtidas acerca do ambiente a sua volta. Uma vez que a percepção de uma pessoa que nunca teve a chance de enxergar, que nunca teve o contato visual com o mundo exterior e que, portanto, não possui em sua memória nenhum registro visual é muito diferente daquela pessoa que um dia foi oportunizada a reconhecer os objetos a sua volta. Desse modo, o cego congênito irá passar por um processo de **habilitação** que lhe proporcione o desenvolvimento pessoal e funcional, ou seja, que lhe confira subsídios para saber conduzir-se em situações do cotidiano e na sua vida social. Portanto, este indivíduo será orientado a adaptar-se ao meio através do estímulo mental das informações.

Já as pessoas que foram acometidas pela deficiência visual após um considerado tempo de vida, pelo menos, o tempo suficiente para registrar em sua memória determinadas informações, será orientada a passar por um processo de **reabilitação**. Ou seja, ela será conduzida a readaptar-se e a reconhecer o ambiente e as coisas em seu entorno. De certo, este indivíduo estará reaprendendo a viver e a perceber o mundo de outra maneira, utilizando o seu sistema sensorial. Sem dúvida, a relação que este terá com a sua nova condição dependerá da sua força de vontade e auto estima elevada, bem como, do apoio da família e de amigos. Pois, para este indivíduo a perda da visão depois de certa idade não se restringe tão somente à perda do sentido visual, mas também a perdas emocionais; representa para o indivíduo um comprometimento das suas habilidades básicas; gera influência no alcance ou

manutenção de uma ocupação profissional, bem como, interfere na comunicação e na sua personalidade como um todo.

Segundo Gil (2000), o Ministério da Educação sugere um programa de reabilitação o qual pode proporcionar ao deficiente visual uma vida mais independente e plena. Neste programa são oferecidos vários tipos de atendimento dentre os quais podem ser citados:

- Orientação e Mobilidade: Este atendimento visa estimular os demais sentidos a fim de aprimorar a capacidade de concentração e atenção do indivíduo para que o mesmo possa conseguir caminhar em ambientes conhecidos e desconhecidos.

- Desenvolvimento de Habilidades Manuais: Considerando que o sentido do tato seja muito importante para o cego, justifica-se o trabalho com atividades manuais no instante em que o mesmo proporciona ao indivíduo o desempenho com mais eficiência e facilidade das atividades da vida diária, bem como auxilia no aprendizado para a utilização do sistema Braille.

- Aprendizado do Sistema Braille: O universo das pessoas que não enxergam é - muitas vezes, influenciado pela concepção de mundo daqueles que os cercam. Mas este universo pode ser apresentado de forma mais crítica e real aos seus sentidos a medida em que o mesmo seja incentivado e motivado à leitura e esta lhe seja propiciada**.** Sendo assim, a leitura pode ser um fator de inclusão social dos deficientes visuais na medida em que a mesma proporciona a oportunidade de atuar na sociedade de forma crítica, intervindo e propondo mudanças. Desse modo, o Sistema Braille abre para o cego uma ampla perspectiva de comunicação.

- Atividades da Vida Autônoma: Este atendimento tem por finalidade desenvolver ou devolver ao deficiente visual a satisfação de viver uma vida mais independente e auto-suficiente. Para tanto, o mesmo é orientado a vivenciar atividades que fazem parte do cotidiano como, cuidados pessoais, administração do lar, em tarefas como alimentação, higiene e vestuário.

3. DEFICIÊNCIA E TRABALHO, TRABALHO E EDUCAÇÃO, INCLUSÃO, NOVAS TECNOLOGIAS E SUAS CONTRIBUIÇÕES

Neste capítulo convém situar a relação existente entre o trabalho e a pessoa com deficiência na perspectiva de tornar compreensível de que a noção de deficiência, historicamente, esteve atrelada a evolução dos meios de produção. Bem como perceber a razão que justifica a relação existente entre educação e trabalho. Desse modo, como o foco deste trabalho é a pessoa com deficiência visual, convém salientar possíveis contribuições para a inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho e sobre o ambiente favorável ao seu desempenho.

Sendo assim, será possível ponderar a respeito dos aspectos existentes na sociedade capitalista que interferem no processo de inclusão, em particular das pessoas com deficiência, igualmente o leitor será conduzido a refletir a respeito das medidas necessárias para tornar satisfatória a formação da pessoa com deficiência. Por ultimo, será exposto sobre a inclusão do deficiente visual e sua relação com o trabalho, bem como, sobre a contribuição das tecnologias para a sua projeção profissional.

3.1. Trabalho e Deficiência: uma relação histórica

Desde os tempos remotos, a ação do trabalho sempre esteve presente na vida das pessoas e se constituiu como um fator importante para a existência e construção das sociedades. No entanto, vale ressaltar que o valor dado ao trabalho evoluiu mediante aos diferentes modos de produção social tais como: a comunidade primitiva, a sociedade escravista, feudal e capitalista.

Na comunidade primitiva a ação do trabalho se constituía na extração de bens proporcionados pela natureza. Nesta época o homem não tinha o conhecimento das técnicas de plantio e estava submetido às condições climáticas e a outras adversidades naturais, por esse motivo, o nomadismo era a condição para a sua sobrevivência, as pessoas com deficiência eram entregue a própria sorte, pois eram consideradas como um fardo. Na Grécia antiga, sociedade escravista, havia uma relação entre os homens livres e os escravos na qual a estes últimos eram atribuídas atividades laborais pesadas

que proviam aos homens livres a satisfação das suas necessidades básicas. Também neste período o abandono era uma condição fatal para as pessoas com deficiência. No entanto, a partir da Idade Média a sociedade Feudal estava sob a influência teológica e sob a instituição de uma moral cristã, por esta razão a prática do abandono passou a ser intolerável, uma vez que se considerava que todos os homens eram possuidores de alma, não sendo de boa índole deixar homens dotados de alma entregues a própria sorte. Com o surgimento de um novo modo de produção, o capitalismo, criou-se a concepção de que o homem, a sociedade e o mundo eram dotados de uma lógica particular, assim tanto as capacidades, bem como as incapacidades humanas eram determinadas por leis naturais e não determinadas por forças divinas. Desse modo, as pessoas que não podiam realizar atividades laborais eram enviadas a instituições asilares, tuteladas pelo Estado juntamente com outras pessoas em condições semelhantes, uma vez que, compreendia-se que as ações realizadas por estas pessoas eram limitadas por suas incapacidades naturais, não sendo estas ações condizentes aos padrões sociais. (LANCILLOTTI, 2006).

As novas exigências impostas pelo século XX incorporaram à categoria de deficientes os sujeitos com dificuldades acadêmicas. A grande incidência do não atendimento das expectativas culturais emergentes caracterizou-se como fracasso escolar e estas foram conceituadas como pessoas com deficiência mental leve. (PESSOTTI, 1984 apud LANCILLOTTI, 2006).

Lancillotti (2006) afirma que o trabalho além de ser concebido como uma condição histórica também se constitui como condição fundamental que define e caracteriza o que é ser humano. Ou seja, percebe-se que os homens ficam sujeitos, submetidos e valorizados de acordo com a demanda e padrões da sociedade.

Observa-se a partir destas breves considerações que o preconceito e a discriminação ante as pessoas com deficiência sempre estiveram presentes na história da sociedade. Percebe-se também que a noção de deficiência se modifica à medida que as condições sociais são alteradas através da relação que o homem estabelece com o meio social, a fim de atender as suas necessidades, alicerçadas nos diferentes modos de produção. Ademais, nota-se que a credibilidade da pessoa com deficiência e o seu valor enquanto cidadã são mínimos, não só por sua condição limitada, mas pela

ignorância social a respeito de suas capacidades e habilidades, atitude esta proveniente da discriminação por não perceber nas pessoas com deficiência as características pertinentes ao que pleiteia a sociedade. Assim, em linhas gerais, percebe-se que historicamente no âmbito social as pessoas são reconhecidas e valorizadas pelo o que podem produzir e não por ser um ser humano, salvo, quando esta possui uma condição social que a favorece.

Oportunizar a pessoa com deficiência lhe possibilita a chance de mostrar o seu potencial, bem como o que é capaz de produzir e venha a ser reconhecida e valorizada socialmente, a final de contas, este direito lhe é digno e não deve ser cerceado. Assim, faz-se mister que esta pessoa tenha o direito de estar inserida nos âmbitos escolares e laborais, uma vez que estas são formas concebidas como mecanismo de projeção social.

3.2 Inclusão: a que se atribui este discurso?

A sociedade contemporânea passa por profundas transformações as quais geram impactos no mercado de trabalho. Sendo assim, evidencia-se a manifestação de diferentes formas de gestão e mudanças na organização da produção, bem como se observa o surgimento e o desenvolvimento das novas tecnologias na esfera produtiva. Sem dúvida, estas mudanças e transformações repercutem na sociedade e na subjetividade humana. Tal situação caracteriza o momento como a Terceira Revolução Industrial (LANCILLOTTI, 2006). No entanto, a que se atribui a emergência do discurso da inclusão, uma vez que o contexto social caracteriza-se por avanços?

Entre a década de 50 e 70 os países de capitalismo avançado foram norteados por muitos movimentos sociais os quais reivindicavam mudanças e ampliação de direitos. Evidentemente, estas mobilizações foram desencadeadas por uma gama da sociedade que se sentia excluída ou cerceada em seus direitos. Por esta razão, justificam-se os movimentos sociais a favor da inclusão, uma vez que, se põe em evidência na sociedade capitalista a sua essência excludente.

Neste mesmo período, as redes privadas de educação especial foram ampliadas e se dedicaram ao atendimento dos deficientes das classes mais favorecidas. Sobre

esta questão Bueno (1993) ressalta que tal ampliação desencadeou uma divisão no âmbito da educação especial que passou refletir o caráter desigual proveniente da sociedade capitalista, uma vez que, as pessoas deficientes menos favorecidas eram preteridas com relação às pessoas de maior poder aquisitivo. Já as unidades filantrópico-assistenciais contribuíram, sob a manutenção do aspecto caridoso, destinado as pessoas com deficiência e que não tinham condições financeiras.

Assim como os demais cidadãos as pessoas com deficiência enfrentam as mesmas contradições e determinantes universais presentes na sociedade. Sendo assim, basta que estas não sirvam aos interesses do sistema vigente que serão automaticamente convergidas à margem da sociedade por ser a exclusão o "motor" da sociedade capitalista (LANCILLOTTI, 2006).

Januzzi (2004) confirma a informação ao salientar que a noção de deficiência está atrelada a um contexto histórico, tal qual se observa no instante em que diversas minorias sociais passaram a reivindicar serviços educacionais, jurídicos e psicológicos na busca pelo direito à inclusão social, sobretudo, a adequação da sociedade. Assim, é resguardada nestas ações a idéia de democratização dos meios sociais. No entanto, Bueno (1993) sinaliza a existência de um modelo que, não são só reflexos das contradições, provenientes da deficiência, mas principalmente, da desigualdade entre: possuidores, cidadão de primeira classe, que têm garantido seus direitos à plena cidadania; e dos que não têm posse, que são membros da classe inferior, ou seja, de menor poder aquisitivo, cujo exercício dos direitos torna-se inviabilizado por uma classe que os assiste, a elite, e que inviabiliza o seu acesso à cidadania.

O sentido das ações inclusivas traz em seu bojo a idéia do respeito à diversidade, sendo assim, o significado da inclusão na vida das pessoas com deficiência confere ações sociais que devam respeitar a sua condição, o seu acesso aos serviços públicos, bens culturais e o acesso a produtos decorrentes do avanço da sociedade como, por exemplo, as novas tecnologias. Sendo assim, a prática da inclusão parte do princípio de que a sociedade deve se adaptar para o atendimento de todos. Desse modo, segundo Sassaki (1997), a inclusão pode ser entendida:

> (...) como o processo pelo qual a sociedade se adapta para incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas,

> ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p. 3).

Sendo assim, o autor concebe, a respeito da pessoa com deficiência, um exemplo da diversidade social e entende que esta não deve adequar-se à sociedade, mas o contrário.

Com as novas tecnologias observa-se a diminuição do trabalho na esfera produtiva. Contudo, em contradição aos avanços tecnológicos afigura-se o aumento das taxas de desemprego e subempregos, mormente nos países pobres. Nesse contexto evidencia-se também a desregulamentação e precarização do trabalho. A qualificação é tida como uma forma de assegurar o emprego por meio da atualização nas funções desempenhadas, realização de cursos e desenvolvimento de novas habilidades (KUENZER, 1988). Desse modo, observa-se que as pessoas que se mantêm ocupadas são exploradas, pois se exige que o trabalhador seja polivalente e capaz de desempenhar várias funções ao mesmo tempo. Diante desse contexto Masi (2008) afirma que:

> (...), dentro da estrutura econômica e social a qual vivemos, a competitividade apresenta um alto grau no nível de oferta de mão-de-obra. As pessoas com deficiência, por serem consideradas menos capazes, são excluídas, o que de certa forma, interfere na percepção do empresário em relação a elas (MASI, 2008, p. 107).

Sendo assim, conformando as idéias aqui expostas, compreende-se que os movimentos de ações inclusivas advêm dos avanços da sociedade mediante as estratégias engendradas e/ou monopolizadas pelo sistema capitalista.

3.3. Educação e trabalho: Uma relação que se justifica

Considerando o que foi exposto, a escola pode ser compreendida como uma instituição propícia para qualificação profissional de pessoas que objetivam conquistar uma vaga no mercado de trabalho, uma vez que, a escola tem por função essencial transmitir, não só o conhecimento socialmente acumulado, mas também preparar o cidadão às demandas sociais. Dessa forma justifica-se a relação existente entre trabalho e educação.

Em documentos importantes pode ser observada a importância que é dada à educação, dado, a sua capacidade de promover a emancipação dos cidadãos de uma sociedade. Sendo assim, a atual Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, lei nº 9.394/96, trata especificamente no capítulo V, da Educação Especial. Define-a como modalidade de educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para pessoas com necessidade educacionais especiais (BRASIL, 1996). Essa modalidade é considerada um conjunto de recursos educacionais e de estratégia de apóio que devem estar à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

Contudo, apesar da Constituição e da LDB preverem a garantia de acesso de pessoas com necessidades educativas especiais ao sistema educacional, há ainda o que se questionar a respeito das garantias de permanência dada a esses estudantes e sobre o primor pela qualidade desta educação. Pois, a inclusão destes alunos ainda é um assunto polêmico e que requer que a escola mude sua estrutura, que professores repensem e mudem a sua postura em sala de aula e que a educação possa fazer uma significativa mudança em toda a sua dinâmica, já que a diversidade, neste caso, é tomada como primado da existência humana, como afirma Marques e Marques, Luciana (2003) quando faz referência a escola inclusiva:

> A escola inclusiva contribui para uma significativa mudança na postura do professor e para a construção de um novo perfil de escola que, a partir de então, objetiva completar e valorizar a singularidade de cada um dos sujeitos, trabalhando para uma visão de conjunto e parceria na busca da transposição do ideal para o real. (MARQUES e MARQUES, Luciana, 2003, p.231)

Desse modo, ainda observa-se na pratica educação, processos excludentes no instante em que desconsidera alguns fatores concernentes à diferença de classes entre os educandos, no que confere as limitações físicas, mentais ou sensoriais. Sendo assim, Silva (2000) faz referência a esta situação quando afirma que:

> Nesse contexto, imposto pela revolução tecnológica, percebemos duas situações distintas e ao mesmo tempo contraditórias. A primeira refere-se às exigências educacionais impostas pelos avanços tecnológicos e pela nova e veloz economia global em que as necessidades de mão-de-obra qualificada impõem à escola novas técnicas de produção e conseqüentemente novo perfil de trabalhador qualificado; nesse sentido, verifica-se que a escola é o único espaço capaz de proporcionar o pleno desenvolvimento do homem para o exercício da cidadania. A segunda diz respeito à escola como espaço social que ao considerar a igualdade de direitos do homem – como cidadão – permite-lhe o acesso, entretanto nega-lhe a permanência, visto que como

> indivíduo pertencente à determinada classe social em contexto sócio-econômico e político perverso, ou mesmo em função de suas especificidades físicas e/ou mentais, é excluído do processo educativo (SILVA, 2000, p. 81).

Há de se considerar que todas as pessoas possuem algum tipo de dificuldade e são marcadas por características singulares, onde se põe em evidência o ponto em comum, a diversidade. Sendo assim, a manifestação da exclusão focalizada neste ponto denota atitude de preconceito e discriminação.

Lancillotti (2006), afirma que desde a década de 50 os programas de capacitação e exercícios profissionais direcionados a adolescentes e adultos com deficiência mental ocorrem fundamentalmente no âmbito das instituições a exemplo da Associação de Pais e Amigos – APAE e da Sociedade Pestalozzi. No que se referem aos demais tipos de deficiência as vias de formação podem ocorrer em alguns casos integrados desde o início no ensino regular ou iniciando sua formação no ensino especial e passando á sua conclusão no ensino regular. Entretanto verifica-se que o acesso não é muito abrangente o que, infelizmente, desencadeia o baixo nível de escolaridade. Esta situação de afastamento do ambiente escolar contribui para a exclusão da pessoa com deficiência do mercado de trabalho, haja vista que, o nível de escolaridade é exigência precípua para a conquista de um emprego, atrelado também a habilidade para desempenhar uma determinada função, para tanto, se faz necessário o preparo profissional.

É evidente a relevância dada pelo sistema capitalista, bem como pelo mundo moderno ao sucesso profissional, pois a produtividade e a obtenção de lucros, objeto de desejo deste sistema, dependem desta característica bastante valorizada pela sociedade contemporânea. Assim, o indivíduo para estar integrado socialmente deve, ao menos, estar qualificado para exercer uma determinada função, pois desta forma poderá atender as demandas do mercado de trabalho, no entanto o nível de escolaridade também se torna relevante, uma vez que, viabiliza a progressão profissional e atende ao perfil exigido pelo mercado.

Considerando que a sociedade contemporânea passa por constantes mudanças científicas e tecnológicas entende-se que o indivíduo deve buscar qualificar-se, a fim de atender ao perfil exigido pelo mercado de trabalho. Sobre essa questão Ross (1998 p.54), enfatiza que “habilidades manuais, destreza e força física não são mais

qualidades procuradas nos trabalhadores na perspectiva da sociedade pós-industrial". Segundo o autor, estas funções foram transferidas às máquinas, justamente, devido aos avanços tecnológicos. Sendo assim, demanda-se atualmente do indivíduo que o mesmo seja participativo e criativo, pois assim como os meios de produção tem avançado, também está havendo o surgimento de novos campos de trabalho que exige do trabalhador a capacidade para analisar, administrar e criar. Ou seja, exige-se, atualmente, muito mais da sua capacidade cognitiva do que física.

Assim, entende-se que seja também direito das pessoas com deficiência serem oportunizadas a acompanhar este processo de mudança, no que tange as atividades laborais para que estas futuramente não sejam excluídas do mercado de trabalho. Pois, segundo a compreensão do autor, o trabalho não deve estar, necessariamente, sob o enfoque da profissionalização como atividades meramente práticas, mas deve considerar o caráter humano da educação, não condicionando o indivíduo como ser fragmentado, mas que reconheça também o seu potencial intelectual e criativo. Sobre esta questão o autor Ross (1998), afirma que:

> Segundo uma concepção estereotipada, na qual somente o manual deve ser trabalhado e desenvolvido, o homem com necessidades educativas especiais reduz-se a fragmentos potenciais. Na verdade, a ênfase no manual é resultado de um tipo de pensamento que credita ao trabalho das habilidades essencialmente práticas, mecânicas e táteis a solução para o problema da inatividade dos impedimentos sociais (práticos) das pessoas limitadas biológico-físico-senssorialmente. Propõe-se, neste caso, uma pseudoprofissionalização para remediar, a curto prazo, as aparentes incapacidades de trabalho. (ROSS, 1998 p. 94).

A opinião assegurada pela óptica do autor nos remete a refletir quanto ao tipo de profissionalização direcionada às pessoas com deficiência, se esta atende ao mercado de trabalho ou se apenas perpassa por uma "pseudoprofissionalização", ou seja, um tipo de preparação profissional que, de certa forma, deixa o indivíduo fora do contexto para exercer funções que contemplem o seu potencial intelectual. No entanto, é relevante não subestimar as atividades manuais, as quais têm o seu valor, porém considera-se em questão a necessidade de se preparar a pessoa com deficiência explorando o seu potencial em todas as suas instâncias, a fim de que esta possa atuar e adequar-se as demandas do mercado de trabalho como um profissional, na perspectiva de uma inclusão efetiva e não aparente.

3.4. Leis do trabalho para Pessoas com Deficiência

É possível inferir que, nos últimos anos, a crescente discussão em torno da inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho está atrelada ao reconhecimento de que não só a educação e a participação nas organizações políticas, mas também o trabalho é uma das principais vias para a inclusão social.

A Constituição de 1988, que assiste a sociedade brasileira, dispõe em seu artigo 5º que "todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e estrangeiros, residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade (...)" (BRASIL, 1999).

Desse modo, o princípio de igualdade formalmente previsto em lei é a base contrária a todo e qualquer tipo de discriminação. Sendo assim, observa-se que ninguém pode ser tratado de forma diferente ao que foi promulgado. Em consideração ao princípio de igualdade e a inviolabilidade de direito de todos os cidadãos, surgiu a Lei nº 7.853/89 a qual faz referência às pessoas com deficiência tendo em vista a sua efetiva integração social, onde se estabelece no artigo 1º, parágrafo 2 o seguinte:

> As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhe concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do poder público e da sociedade (BRASIL,1989).

No entanto, embora tenha se feito alusão às pessoas com deficiência nesta lei, houve a necessidade de criar o Decreto nº 3.298/99, no intuito de regulamentar os princípios de não discriminação e de não igualdade de oportunidade, quando dispõe sobre a política nacional para integração da pessoa com deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Sendo assim, no Decreto está sinalizado que as pessoas com deficiência devem estar enquadradas nas seguintes categorias:

> I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;
>
> II - deficiência auditiva - perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte: a) de 25 a 40 decibéis

> (db) - surdez leve; b) de 41 a 55 db - surdez moderada; c) de 56 a 70 db - surdez acentuada; d) de 71 a 90 db - surdez severa; e) acima de 91 db - surdez profunda; e f) anacusia;
>
> III - **deficiência visual** - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20º (tabela de Snellen), ou ocorrência simultânea de ambas as situações;
>
> IV - deficiência mental - funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: a) comunicação; b) cuidado pessoal; c) habilidades sociais; d) utilização da comunidade; e) saúde e segurança; f) habilidades acadêmicas; g) lazer; e h) trabalho; V - deficiência múltipla - associação de duas ou mais deficiências (BRASIL, 1999).

No mesmo Decreto são estabelecidas três formas diferentes de contratação: no inciso I – colocação competitiva; no inciso II – colocação seletiva; no inciso III – promoção de trabalho por conta própria, mediante trabalho autônomo, cooperativo ou regime de economia familiar.

No âmbito do setor público e privado as leis nº 8.112/90 define que 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos sejam destinadas às pessoas com deficiência e a lei nº 8.213/93 define em seu artigo 93 que as empresas com mais de 100 funcionários são obrigadas a destinar de 2% a 5% dos seus cargos a pessoas com deficiência. As empresas que descumprirem a lei serão obrigadas a pagar uma multa com o valor de até 8 mil reais e terá que em seguida preencher esses postos de trabalho com pessoas com deficiência. È possível considerar estas leis como um marco importante para as pessoas com deficiência, na medida em que as mesmas fazem com que seja reconhecido o valor da força de trabalho deste público potencialmente ativo.

Sobre os dispositivos nesta lei é importante observar que a referida quota deverá destinar-se somente a aquelas pessoas que estejam habilitadas ou reabilitadas, desse modo, por estes termos, no Decreto nº 3.298/99, podemos entender que:

> **Art. 30.** A pessoa portadora de deficiência, beneficiária ou não do Regime Geral de Previdência Social, tem direito às prestações de habilitação e reabilitação profissional para capacitar-se a obter trabalho, conservá-lo e progredir profissionalmente.
>
> **Art. 31.** Entende-se por habilitação e reabilitação profissional o processo orientado a possibilitar que **a pessoa portadora de deficiência**, a partir da identificação de suas potencialidades laborativas, **adquira o nível suficiente de desenvolvimento profissional** para ingresso e reingresso no mercado de trabalho e participar da vida comunitária.
>
> **Art. 32.** Os serviços de habilitação e reabilitação profissional deverão estar

> dotados dos recursos necessários para atender toda pessoa portadora de deficiência, independentemente da origem de sua deficiência, desde que possa ser preparada para trabalho que lhe seja adequado e tenha perspectivas de obter, conservar e nele progredir.
>
> **Art. 33.** A orientação profissional será prestada pelos correspondentes serviços de habilitação e reabilitação profissional, tendo em conta as potencialidades da pessoa portadora de deficiência, identificadas com base em relatório de equipe multiprofissional, que deverá considerar:
>
> I - educação escolar efetivamente recebida e por receber;
> II - expectativas de promoção social;
> III - possibilidades de emprego existentes em cada caso;
> IV - motivações, atitudes e preferências profissionais; e
> V - necessidades do mercado de trabalho. (BRASIL, 1999, grifos nosso)

Sobre o exposto, convém salientar que para a inserção da pessoa com deficiência no âmbito laboral, a mesma deverá está apta a desempenhar a função e, não somente inseri-la por apresentar uma deficiência. As pessoas que já exerciam uma atividade profissional e que foram acometidas por uma situação que ocasionou numa deficiência deverão ser reabilitadas, de maneira que, após sua reabilitação estejam aptas a desempenhar a função.

Contudo, apesar da existência de leis que visam garantir os direitos trabalhistas das pessoas com deficiência, conquistar um emprego atualmente, também é um fator que gera preocupação, uma vez que o mercado de trabalho esta cada vez mais exigente em relação ao perfil que o profissional deve apresentar.

Sendo assim, exige-se que o trabalhador ou o candidato á uma vaga de emprego saiba desempenhar a função com competência, seja proativo, flexível, além de ter segurança na expressão de suas idéias o que está associado à autoconfiança. Para tanto, o bom profissional deve continuamente aperfeiçoar-se, por meio de esforço, de busca de superação de limites e de capacidade de avançar (KUENZER,1988).

No entanto, evidencia-se que a dificuldade existente para a colocação profissional atinge também as pessoas com níveis elevados de qualificação e escolaridade, porém para as pessoas com deficiência esta situação é agravada pela crença da maioria dos empregadores de que a deficiência afeta todas as funções do indivíduo e isto se deve ao desconhecimento de suas capacidades.

Assim, estas exigências são válidas tanto para as pessoas que não tem deficiência, quanto para as pessoas que tenham deficiência. No entanto, para estas

ultimas, a dificuldade de competir no mercado de trabalho agrava-se pelo fato de sua inserção ser conduzida por estereótipos, tabu, idéias míticas e preconcebidas.

No intuito de favorecer a inclusão efetiva das pessoas com deficiência no âmbito laboral, Pastore (2000) afirma que seja necessário que os empresários ao contratar as pessoas com deficiência possam estar atentos ao ajuste entre a qualificação da pessoa e a função a ser ocupada. Além disso, o autor sinaliza que os responsáveis pelo recrutamento estejam cientes dos limites e possibilidades destas pessoas para serem selecionados, uma vez que, o interesse dos empresários, em geral está voltado para o lucro e para a produtividade da empresa.

Considerando o exposto, observa-se como relevante o encaminhamento das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho como uma medida de ação inclusiva necessária para viabilizar o exercício da sua cidadania, bem como, desconstruir idéias deturpadas que, reproduzidas, conduzem a pessoa com deficiência à marginalização e a segregação.

3.5. A pessoa com deficiência visual e o trabalho

Sobre o atual mundo do trabalho Masi (2008) afirma que os fatores que podem interferir na baixa absorção da mão-de-obra da pessoa com deficiência visual podem ser originários:

> DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL
> - auto-estima prejudicada,
> - insegurança,
> - baixo nível de iniciativa,
> - baixa adaptação à deficiência,
> - temor do fracasso,
> - baixo nível de escolaridade,
> - nível de expectativa x tendência do mercado,
> - dificuldade de ascensão na carreira,
> - uso secundário da deficiência.
>
> DA FAMÍLIA
> - atitude de superproteção,
> - atitude de abandono,
> - descrédito no potencial para o trabalho,
> - interferência na situação de trabalho,
> - inadequação com relação a manutenção dos hábitos e atitudes para o trabalho.
>
> DOS EMPRESÁRIOS
> - temor de que o deficiente visual apresente baixa produção e absenteísmo,
> - temor de riscos e acidentes,
> - desconhecimento da capacidade de trabalho do deficiente visual por experiências negativas no passado,

> - existência de disposições que restringem o ingresso das pessoas deficientes (serviços médicos que, às vezes, exigem requisitos físicos a todos os postulantes a emprego),
> - atitude dos sindicatos,
> - a situação econômica do país.
> DA COMUNIDADE
> - preconceito,
> - discriminação,
> - desinformação/ resistência,
> - recursos educacionais de capacitação profissionais não disponíveis à pessoa com deficiência visual,
> - a pessoa com deficiência é de responsabilidade do Estado,
> - crise econômica/ desemprego. (MASI, 2008, p. 109 e 110)

Pode ser percebido, dentre os fatores citados, que o fator família pode se constituir numa influência considerável na vida do sujeito, uma vez que, é na família que a pessoa com deficiência visual, inicia o seu processo de socialização, onde precisa se sentir uma pessoa importante e ser tratada sem rejeição ou superproteção, a fim de que, possa desenvolver a segurança necessária para enfrentar as dificuldades da vida e torna-se um adulto independente, social e profissionalmente.

Segundo a autora, o movimento mundial relativo à educação inclusiva foi o que motivou a existência de Programas de Educação Especial de Reabilitação nas duas últimas décadas do século XX (MASI, 2008). No que se refere à preparação profissional do deficiente visual, a autora sugere que a atividade oferecida ao mesmo possa contemplar a sua competência e aptidão, sendo esta etapa de preparação, continuada, até que a pessoa possa adquirir as condições necessárias para engajar-se no mercado de trabalho

Sassaki (1997), também assinala que são inúmeros os motivos pelos quais as pessoas com deficiência são excluídas do mercado de trabalho, dentre estes, a falta de qualificação para o trabalho, a falta de reabilitação profissional e física, a falta de meios de transportes e apoio das famílias. Contudo, segundo o autor, é a falta de escolaridade e qualificação profissional que inviabilizam a sua inserção em postos formais de trabalho. Além disso, o mesmo reforça que quando esta qualificação é realizada distancia-se das necessidades do mercado de trabalho.

Sendo assim, a inclusão profissional de pessoas com deficiência visual requer ações que vão além do pensamento romântico de simplesmente separar uma porcentagem de cargos numa empresa. Para tanto, Bahia (2006) enfatiza que seja necessário fomentar políticas públicas que possam dar sustentabilidade a causa. Assim

sendo, autora considera que seja importante conhecer as diversas deficiências para que os serviços oferecidos sejam condizentes à limitação do indivíduo; conhecer as possíveis atividades que os mesmos podem desempenhar, bem como, considerar que o ambiente de trabalho destinado ao desempenho da função seja adaptado para acolher este trabalhador.

Assim, no que se refere ao que foi exposto e tendo como foco a pessoa com deficiência visual, convém salientar que para que a mesma possa desempenhar suas atividades de maneira satisfatória vale ser considerada a compatibilidade das funções a serem exercidas e também que as empresas tenham o cuidado de atentar para a sua acessibilidade ao ambiente de trabalho, sendo esta uma condição que viabiliza a sua autonomia. Sobre esta questão está presente no Decreto 5.296 de 02/12/04, artigo 8º de que a acessibilidade é:

> Condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2004 apud BAHIA, p. 58, 2006).

Com relação às principais adaptações destinadas às pessoas com deficiência visual numa empresa a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) aponta na NBR 9050, seis critérios relevantes:

> 1. Nas áreas de circulação recomenda-se que se utilizem faixas no piso, com textura e cor diferenciadas, para facilitar a identificação do percurso para deficientes visuais;
> 2. Nos elevadores, as botoeiras e comandos devem ser acompanhados dos signos em braile;
> 3. Para um número de paradas superiores a dois andares, deve também haver comunicação auditiva dentro da cabine, indicando o andar onde o elevador se encontra parado;
> 4. Identificar os sinais luminosos que existem no ambiente de trabalho para que sejam acompanhados por sinais sonoros
> 5. Implantar software com sintetizadores de voz nos computadores;
> 6. Realizar adaptações na construção do site da empresa, permitindo acesso dos seus colaboradores e clientes externos. (ABNT apud BAHIA, p. 61, 2006).

Como foi mencionado na norma, os softwares, que são programas de computador tornam-se um instrumento viável que possibilita ao deficiente visual sua entrada no mercado de trabalho, mediante a utilização de um software adaptado ele será capaz de exercer funções compatíveis a sua limitação visual. Porém, Bahia (2006) ressalta que a responsabilidade do empregador deve ir além da simples contratação ou

colocação no ambiente de trabalho, mas a partir desta atitude também deve reconhecer o seu papel social como cidadão e fomentar ações conscienciosas que venham favorecer não só o crescimento de sua empresa, mas também de seus funcionários.

Assim, incluir profissionalmente a pessoa com deficiência perpassa por várias questões as quais não se restringem somente ao ato de inserir a pessoa em um determinado posto de trabalho. Sem dúvida, a busca deste público pela qualificação é um fator relevante, no sentido de tornarem-se aptas a cumprir metas e alcançar resultados. Porém, vinculada a idéia de inclusão profissional deve estar também a questão da conscientização e sensibilização por parte dos empresários a fim de que se possa respeitar o valor do(s) serviço(s) oferecido(s) pelo referido público a partir do oferecimento de condições reais de trabalho (BAHIA, 2006).

Melissa Bahia, (2006) Sócia-diretora da *Gestarh* Consultoria, com atuação nas áreas de desenvolvimento humano e inclusão social de pessoas com deficiência fez uma análise do mercado de trabalho no Brasil e das possibilidades de empregos efetivos destinados às pessoas com deficiência que pode ser observada no seu livro o qual intitula-se como, *Responsabilidade Social e Diversidade nas Organizações: Contratando pessoas com deficiência*. Com isso, verificou-se que atualmente o termo Responsabilidade Social está muito bem-conceituado no âmbito empresarial, visto que muitos empresários perceberam que contratar pessoas com deficiência oferecendo condições adequadas de trabalho gera um impacto social que dá a empresa certo prestígio. Em uma entrevista cedida ao Correio da Bahia, a autora associa o termo Responsabilidade social a um modelo de gestão, o qual não deve estar associado à caridade, uma vez que sobre este devem estar conformadas ações que credite ao público em questão condições favoráveis de trabalho, que o torne participativo no âmbito laboral e apto a contribuir na empresa com seus serviços.

3.5. A contribuição das tecnologias assistivas para os deficientes visuais

Ao contrário do que muitos pensam, existem diversas atividades que podem ser exercidas pelo deficiente visual. A tecnologia tem contribuído consideravelmente para a conquista da sua plena independência e exercício da cidadania.

Atualmente tem-se falado muito a respeito das tecnologias assistivas. Sendo assim, segundo (NETO e ROLLENVERG**,** 2005 apud BAHIA p.63, 2006), tecnologias assistivas são definidas como "toda aquela desenvolvida para permitir o aumento da autonomia e independência de idosos e de pessoas portadoras de deficiência em suas atividades domesticas ou ocupacionais da vida diária". Porém, infelizmente no Brasil com tantos avanços o incentivo e o investimento nestas tecnologias ainda são muito tímido, o que inviabiliza a inclusão e melhoria de vida deste público como ressalta a autora:

> A ausência de uma política pública de incentivo ao desenvolvimento e a produção de tecnologias assistivas no Brasil, contribui fortemente para que a sociedade em geral desconheça o potencial dessa tecnologia para a autonomia de idosos e de pessoas com deficiência e sua real contribuição para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. (BAHIA, 2006 p. 65).

Para que o deficiente visual possa ter acesso a informações escritas, estas podem adquiridas através de fitas cassetes em velocidade normal ou acelerada, ou utilizando os recursos oferecidos pelas novas tecnologias. Já é possível conectar ao computador, sintetizadores de voz que permitem a leitura de informações exibidas no monitor. O núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, situado no Centro de Ciências Matemática e da Natureza, criou o sistema DOSVOX que incentiva os deficientes visuais a usarem o computador. Este sistema permite a edição de textos, leitura sonora de textos anteriormente transcritos, bem como a utilização de ferramentas de produtividade faladas - calculadora, agenda, etc (BORGES, 2005).

O sistema DOSVOX possibilita ao deficiente visual ter acesso a informações triviais, básicas para a sobrevivência social, além do acesso a conteúdo de jornais e revistas. Nesse sentido, a contribuição da tecnologia é muito válida para a inclusão social dos deficientes visuais. Sobre essa questão ressalta (MARQUES e MARQUES, Luciana, 2003 p.231):

> A diferença imposta pela deficiência fica relegada a um plano secundário quando seu portador reúne as condições materiais necessárias para acessar o mundo por meio dessas novas tecnologias. É o que ocorre, por exemplo, quando o deficiente visual que, de posse de um microcomputador equipado com uma placa de fax modem e um sintetizador de voz pode enviar e receber mensagens, acessar páginas e navegar pelo fascinante mundo da Internet.

Assim, na era da tecnologia, os recursos da informática são bem vindos às pessoas com deficiência visual por meios de sistemas de computador. Estes

programas visam auxiliar o professor na reprodução e criação do material didático para prover ao aluno deficiente visual condições necessárias para o seu estudo. Por isso, (YAMAMOTO, 1995, apud CAIADO p.117, 2003) propõe a “criação de um serviço que ampare a Sala de Recursos e o professor Itinerante na produção de material adaptado ao educando com deficiência visual”. Contudo, apesar de todo avanço tecnológico, é preciso ainda vencer as questões mercadológicas impostas pelo sistema capitalista. É necessário que os produtores dos recursos de informática se conscientizem da viabilidade do sistema e o perceba como um elemento atrativo e de ampla relevância social em respeito à diversidade humana.

Apesar da tecnologia, o sistema mais utilizado atualmente e que comprovou amplamente sua eficácia é o Braille. O sistema de leitura-escrita, o método Braille é formado por combinações de pontos sobre uma matriz 3x4 que ao sobressair do papel, são captados pela pele dos dedos. No entanto, apesar de ser uma alternativa de aprendizagem para as crianças com deficiência visual, raríssimos professores sabem o método Braille em escolas regulares, sendo necessário o auxílio de um professor especializado ou itinerante. Além de tudo isso, a maioria dos livros são impressos no sistema comum. Sendo assim, na opinião de Borges (2005), a carência de professores especializados e recursos adequados podem conduzir a aprendizagem da criança a um mero verbalismo. Para que problemas como estes não ocorram, alternativas foram desenvolvidas no intuito de minimizá-los, a exemplo disso pode-se citar os sintetizadores de voz.

Além dos recursos citados acima existem também outros que podem facilitar o desempenho, tanto da pessoa com cegueira total, quanto da pessoa com baixa visão. Desse modo, podem ser destacados os recursos ópticos, técnicos e complementares, tais como:

RECURSOS ÓPTICOS :

Telessistema - Este tipo de recurso é útil para observação estática, aumenta a imagem de longe e reduz o campo visual;

Lentes asféricas - Estas lentes são utilizadas na visão de perto e de longe, diminuem os equívocos das lentes de graus mais elevados;

Lupas manuais e réguas plano-convexas - são compostas por lentes convergentes de diversos formatos e capacidade de aumento. Quanto mais perto do olho a lupa estiver, maior é o campo visual e vice-versa;

Lupas de mesa com iluminação - são lentes convexas montadas num suporte que fixa a distância entre a lente e a folha ou o objeto a ser visualizado;

CCTV - (sistema de circuito fechado de televisão) aumenta os ortóptipos de leitura e escrita até 60 vezes, podendo variar o contraste. É útil para quem necessita de maior distância para ler, escrever, desenhar ou datilografar.

RECURSOS TÉCNICOS:

Sistema sonoro de comunicação com o microcomputador - Como já foi citado anteriormente, o sistema DOSVOX, desenvolvido no Núcleo de Computação Eletrônica da UFRJ, no Brasil, é um sistema destinado a auxiliar o deficiente visual no uso de microcomputadores da linha PC, através de sintetizador de voz e é o mais utilizado;

Impressora Braille - Este recurso é utilizado para imprimir textos em Braille;

Scanner - periférico que decodifica impressos em escrita comum, permitindo ao deficiente ler textos que tenham sido digitalizados para o disco rígido ou disquete;

Braille n'speak - É um aparelho portátil que funciona como agenda eletrônica, editor de textos e cronômetro. Conectado a um PC, funciona como sintetizador de voz, transmite e recebe arquivos. Acoplado a uma impressora comum ou Braille, imprime textos armazenados;

Calculadora sonora - Este tipo de calculadora anuncia os números, as funções e os resultados das operações efetuadas;

Estante para leitura - suporte de mesa que permite ajustar a distância e o ângulo adequado para a leitura de livros, textos, etc;

Caneta óptica - dispositivo artesanal montado em caneta Piloto, contendo célula fotoelétrica e circuito que transforma a luminosidade em som emitido por pequeno alto-falante. Útil para detecção de luz.

RECURSOS COMPLEMENTARES:

- Reglete, punção, máquina Perkins, réguas e metros adaptados, sorobã;

- Máquina de datilografia com tipo ampliado;
- Caneta de ponta porosa, lápis de escrever 6B, suporte para leitura, etc;
- Cadernos e papéis com pautas especiais, letras ampliadas e cores contrastantes;
- Controle da iluminação ambiental: aumentando-se ou diminuindo-se focos luminosos para objetos, folhas de trabalho, textos, etc;
-Transmissão da luz, com auxílio de lentes e filtros que diminuem o ofuscamento e aumentam o contraste (IBC, 2005).

Convém salientar que, atualmente, há muitos recursos que podem auxiliar o deficiente visual a atuar no mercado de trabalho, bem como na sua vida diária, porém, como foi mencionado, não se investe muito nesta área, com isso torna-se inviabilizado o seu processo de inclusão. Convém notar também que, a resistência de muitas empresas está em ter que investir nestes recursos. Sendo assim, o deficiente visual é preterido em comparação a pessoas com outros tipos de deficiência, dado ao tipo de recurso que ao mesmo é disponibilizado. Assim, as pessoas com deficiência visual enfrentam barreiras de acessibilidade física e virtual, visto que as alternativas são pouco conhecidas e difundidas. É dever de o Estado financiar ou facilitar a aquisição de conhecimento e de outros recursos técnicos para as pessoas que necessitam, como por exemplo, as pessoas com deficiência visual, no intuito de que esta possa ter a garantia do acesso à educação, e consequentemente ao ambiente de trabalho.

4. METODOLOGIA

Como as pessoas com deficiência visual podem competir numa sociedade que impõe dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho, tendo em vista o desajuste existente entre a lei e a realidade vivenciada por eles?

O foco na questão aqui esplanada nos impulsiona a refletir a respeito dos aspectos educativos necessários para favorecer o encaminhamento da pessoa com deficiência visual ao mercado de trabalho, ao reconhecer a educação como fator precípuo da sua projeção profissional.

Para a realização desta pesquisa foi adotado como opção metodológica, a análise da historia de vida do sujeito, dentro de uma abordagem de caráter qualitativo, por melhor se adequar ao propósito do trabalho. Segundo Queiroz (1988), toda a história de vida encerra um conjunto de depoimentos, onde quem narra tem o poder de decidir o que narrar. A autora percebe este tipo de análise como uma ferramenta valiosa por se encaixar justamente no ponto onde se cruzam vida individual e contexto social. Desse modo, é relevante que o pesquisador tenha como preocupação primordial entender a lógica que permeia a realidade vivenciada pelo sujeito a qual não é possível quantificar.

A escolha por esse tipo de metodologia deve-se a compreensão de que através de seu depoimento a pessoa seja capaz de expressar a sua história de vida a qual é percebida como uma unidade de análise reveladora da relação existente entre si mesmo e o social, unidade esta que possibilita a apreensão de algumas nuanças das múltiplas e complexas determinações do real. (CAIADO, 2003). Sendo assim, o objetivo com esta metodologia é identificar, a partir da história de vida do sujeito, os aspectos educativos viáveis a sua projeção profissional, competindo em paralelo com pessoas que não possuem deficiência.

A revisão bibliográfica foi realizada mediante leituras referentes ao tema, bem como, foram adotados cuidados do ponto de vista ético, principalmente em relação ao anonimato do entrevistado. Por esse motivo, foi atribuída a inicial de um nome fictício.

SUJEITO DA PESQUISA:

Buscou-se como fonte de pesquisa uma pessoa com deficiência visual do tipo cegueira, que conseguiu superar barreiras sociais que, apesar de sua limitação e condições financeiras, conquistou seu espaço na sociedade. Sociedade esta que emerge com base em novos processos organizacionais e nas novas tecnologias da informação.

INSTRUMENTO DE PESQUISA:

Para a coleta das informações optamos pela aplicação de entrevista semi-estruturada no intuito de obter os dados pessoais do entrevistado. Para Gil (1999, p. 117) a entrevista é como uma "forma de interação social, mais especificamente, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação". Assim, foi realizada uma conversa informal com o entrevistado em que o mesmo expôs, por meio de seu depoimento, a sua história de vida. O registro do depoimento foi garantido com uso de gravador de voz, previamente autorizado pelo entrevistado por meio de um termo de consentimento informal, que segue como apêndice da pesquisa, bem como o roteiro da entrevista. Posteriormente, o depoimento gravado foi transcrito e analisado, onde foram observados aspectos educativos importantes para o desenvolvimento do sujeito, bem como as barreiras e sugestões, segundo a perspectiva do entrevistado para viabilizar o processo de inclusão profissional das pessoas com deficiência visual.

LOCAL DA PESQUISA:

A obtenção das informações foi possível devido à realização de duas visitas na residência do entrevistado. Foi solicitada ao mesmo a assinatura do termo de consentimento informal, que segue como apêndice da pesquisa. O referido depoimento foi transcrito e encontra-se no anexo deste estudo.

4.1. APRESENTAÇÃO DE "D.J":

D.J possui cegueira total, nasceu em Ilhéus, interior do estado da Bahia no dia 8 de março de 1939, Após o falecimento de seu pai, sua família (mãe e seis filhos) mudou-se para Salvador no dia 1º de junho de 1955 no intuito de facilitar e favorecer melhores condições de estudos para D.J e seus irmãos. Em 1957, o mesmo ingressou no Instituto de Cegos da Bahia na perspectiva de aprender o método Braille. Estudou na Escola Getúlio Vargas, fez exame de admissão para estudar no Instituto Central de Educação Isaías Alves – ICEIA, onde concluiu o curso de Magistério. Na sua formatura, foi orador da turma e posteriormente, D.J estudou música. Numa Faculdade particular, D.J concluiu o curso de Pedagogia com especialização em Orientação Educacional e em educação especial para deficientes mentais, fez outras especializações e trabalhou na Escola (A) como coordenador pedagógico. Além disso, D.J lançou três livros na Academia de Letras da Bahia.

4.2. ANÁLISE DO DEPOIMENTO:

Uma breve análise da trajetória pessoal e profissional de D.J

Esta é a análise do depoimento de uma pessoa com deficiência do tipo cegueira total que apesar dos percalços financeiros e da inexistência de escolas apropriadas em sua terra natal que atendesse a sua limitação, socializou-se a partir de seus esforços e levado pela vontade de aprender. Com a ajuda de familiares, colegas, professores e amigos ele conseguiu alçar seu espaço na sociedade, obtendo o estudo superior que mais tarde lhe abriria as portas para o mercado de trabalho.

O professor D.J iniciou seu aprendizado em casa com a família. A partir de certa idade, a sua mãe, demonstrando preocupação mandava-o assistir aulas na escola freqüentada pelos irmãos, coisa que ele atendia com boa vontade e a escola não fazia objeção. Aos dezessete anos veio residir em Salvador e com a ajuda de amigos matriculou-se no Instituto de Cegos:

> Eu entrava no instituto segunda-feira e retornava para casa na sexta-feira. Lá, estudávamos de tudo um pouco, por exemplo, música, praticava ginástica, adquiríamos conhecimentos sobre o Braille, curso de locomoção para andar na

> rua com o uso da bengala, como utilizar ônibus, treinamento para desviar das pessoas, dos obstáculos etc. (D.J)

Após praticar o aprendizado do Braile, deu continuidade aos seus estudos no Instituto de Educação Isaías Alves (ICEIA) à noite, uma vez que, durante o dia, ocupava o seu tempo estudando inglês no ACBEU – Associação Cultural Brasil Estado Unidos e curso de italiano na Casa D'Itália. Prestigiado com uma bolsa de estudo fez curso de piano no Instituto de Música o qual teve ajuda de colegas que passavam as lições e ele as transformava em Braille. Também participou de concurso de música em festivais da cidade.

Em toda sua trajetória, D.J contou com a colaboração de colegas e professores. Desenvolto, estudioso e demonstrando certo domínio na disciplina de Português, o professor convidava-o para monitorar alunos de outras turmas, o que não deixava de ser um incentivo para uma pessoa que apesar da sua limitação, era um sujeito ativo na busca do conhecimento. Saber aproveitar as potencialidades da pessoa com deficiência visual confere grande êxito ao educador, na medida em que, o mesmo compreenda que o aluno não deve ser reduzido, nem fadado a sua limitação, conforme assinala Lima (2006) apropriada das idéias de Vygotsky. Sendo assim, a preocupação do professor-educador em buscar novos caminhos irá ampliar a percepção e aquisição de conhecimento do seu aluno com deficiência visual, bem como, de até inspirá-lo, como pode ser observado a partir do seguinte fragmento:

> Também tive um professor de português que me colocava em outras salas para ser monitor dos alunos, pois ele percebeu que eu entendia muito de verbo, então eu dava aula para os outros colegas, inclusive, passei a ser escritor por influência dele, quando eu lancei o livro, Sim para a vida, eu dediquei a ele. (D.J)

Também foi verificado no depoimento que D.J foi oportunizado a interagir com o meio, a partir do apoio da família, o que lhe conferiu a possibilidade de trilhar caminhos no campo do conhecimento, além de favorecer a sua independência na locomoção, “e isso não significa sair sempre sozinho” , como afirma Lima (2006), mas ter noção de direção e lateralidade. Munido desta autonomia, adquirida no Instituto de Cegos da Bahia, D.J desenvolveu habilidades que lhe permitiu seguir uma vida independente, como pode ser observado neste fragmento:

> Eu sempre fui uma pessoa dinâmica, nunca fui quieto no que se refere a lazer. Eu ia muito a praia, gostava de carnaval, tinha muitos amigos na época.

> Convém assinalar, que nós que não enxergávamos fazíamos muitas amizades e os amigos compreendiam e ajudavam muito juntamente com a família que orientava.
> Eu comecei a trabalhar, compreendi que deveria vender dicionários, livros e vender anúncios para jornal e televisão. Como naquela época Salvador era muito bom de andar, eu não usava bengala, eu subia e descia a Avenida Sete, a Praça da Sé, Castro Alves, Rua Chile, Rua da Ajuda. Naquela época já estudava, saí do Instituto de cegos e fui estudar no Getúlio Vargas, saí e fiz admissão para entrar no ICEIA. (D.J).

Percebe-se desta forma a importância da atuação do sujeito no meio social, bem como, da importância desta atuação para estimular os sentidos remanescentes.

Outro fator observado como importante na vida do entrevistado foi o apoio dos amigos. Na sua época de estudante em escola de ensino regular, os professores não tinham curso de especialização foi observado que nem sempre o mesmo teve o apoio esperado na escola, apesar desse direito ser previsto em lei, o entrevistado esteve diante de situações as quais sua presença era ignorada em sala de aula, como pode ser percebido no fragmento a seguir:

> No ICEIA eu tive um professor que ignorava a minha presença, ele entrava na sala e eu só sabia, porque eu escutava o som do giz no quadro, ele escrevia todo o apontamento no quadro e não ditava. Para não ficar para trás, quando o professor saía da sala os meus colegas ditavam o apontamento para mim e eu escrevia com a máquina de Braile. (D.J)

Sobre esta questão Masini (1993) sinaliza que a deficiência visual, em si, constitui numa privação de estímulos. Desse modo, cabe ao educador não ignorar as necessidades do deficiente visual e sim, ater-se a aspectos expressados pelo mesmo, no intuito de viabilizar o seu processo de aprendizagem.

No que confere a sua busca por independência financeira, verifica-se que o professor D.J começou sua trajetória laboral, vendendo dicionários, livros e anúncios para a televisão, “Eu comecei a trabalhar, compreendi que deveria vender dicionários, livros e vender anúncios para jornal e televisão” (D.J). Foi Secretário de Intercâmbio Social, Diretor Social e vice-presidente do grêmio do ICEIA.

Ambicionando uma formação acadêmica, D.J prestou vestibular na Universidade Federal da Bahia, sendo classificado em Ciências Sociais e prosseguiu os seus estudos de modo a qualificar-se em sua formação. Em 1971, prestou vestibular mais uma vez e, nesta oportunidade, na Faculdade de Educação Olga Mettig. Com suporte do crédito escolar, concluiu o curso de Pedagogia, especializando-se em Orientação Educacional.

Especializou-se ainda em Educação Especial para Pessoas com de Deficiência Mental, além de fazer Pós-graduação em Pedagogia Organizacional e Desenvolvimento de Recursos Humanos e realizar o curso de Psicologia da Educação na UFBA.

Mas, na trajetória do professor D.J teve também os seus contratempos. Preparado intelectualmente e pronto para assumir o seu papel de cidadão no mercado de trabalho, ele sente na pele o grande problema que afeta os deficientes de modo geral, que é a discriminação, além da atitude de pessoas que se aproveitavam de sua limitação visual para represar o exercício de suas atribuições, como pode ser observado no fragmento a seguir:

> Agora há o preconceito contra o deficiente visual quando ele está no auge, quando no trabalho ele supera as pessoas que enxergam e, no caso, é bem relacionado e é preferido, as pessoas não gostam. Na Escola C que eu trabalhei eu sentia esse preconceito. Eu era bem relacionado, eu era chamado para representar a escola no IAT, Instituto Anísio Teixeira, como orientador era responsável pela assistência dos alunos nas faculdades, ia para Universidade Federal para assistir os alunos defenderem teses, os alunos dessas faculdades particulares, UNIME, Católica, FTC, Jorge Amado, "passavam pelas minhas mãos". As meninas que se formavam no ensino normal, me faziam entrevistas para colocar em seus relatórios, pois o meu conceito não era somente nesta escola, mas também devido às entrevistas que dei nos jornais, pelo trabalho educativo que eu desenvolvia com os alunos, pelos três livros que publiquei. Muitos colegas se impressionavam como uma pessoa que não enxerga se sobressai tanto!
>
> Alguns alunos me diziam que quando eles iam me procurar, as pessoas faziam sinal para eles não entrarem, eles saíam e depois me procuravam. Eu era muito querido, fazia o meu papel de educador, os orientava para não entrarem nesse time de malandragem, para terem cuidado com o corpo. Muitos alunos ainda me procuram, muitos, já homens e mulheres, casados que constituíram família. Eu tenho até uma frase que sempre digo: Cada aluno meu é um filho que Deus me deu. Eu tinha muito amor pelos meus alunos. (D.J)

D.J acredita que as escolas regulares ainda não estão preparadas para a inclusão, mas demonstra otimismo quanto às ações que estão sendo implementadas para esta finalidade. Assim, o mesmo expressou sua opinião no seguinte fragmento:

> Acho que a escola deve fazer muito para incluir. Agora a boa vontade está nascendo, porque antes nós não tínhamos educação especial nas universidades e hoje já temos. E cada menina que sai da faculdade é uma luz enorme que ilumina o caminho dos portadores de necessidades especiais. Porque ela pode fazer uma especialização nesta área. Então nós damos valor por isso. (D.J)

Pode ser percebido neste fragmento que o entrevistado situa a sua expectativa a qual se encontra na formação de professores que possam ser habilitados a lidar com

este público. Pois, apesar das mudanças no sistema educacional a favor das pessoas com deficiência, ainda há muito que se fazer estruturalmente.

É evidente que o nível de escolaridade é um pré-requisito para a inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, sobretudo, para os que não enxergam. O entrevistado, como educador sabe dessa importância e considera relevante que o Governo possa investir em educação no intuito de que possa haver professores aptos a trabalhar com alunos especiais e contribuir para que tenham um desenvolvimento satisfatório. Então, o entrevistado acredita que esta boa formação refletirá no desenvolvimento das pessoas com deficiência visual como pode ser percebido no seguinte fragmento:

> (...) que o governo dê mais atenção ás políticas públicas ligadas à educação especial, porque se as pessoas que são formadas em educação especial em várias áreas, tiverem apoio, então os portadores de necessidades especiais crescem, crescem porque vocês terão mais condições de convencer as empresas que eles têm condições, têm inteligência para prestar serviços, até mais do que aqueles funcionários que eles têm. E há vários exemplos de pessoas que somaram muito para as empresas. O governo tem que criar um leque de trabalho para facilitar o acesso deles a essas empresas. (D.J)

Quando o entrevistado foi questionado sobre a viabilidade da lei 8.213/91, a qual define em seu artigo 93 que as empresas que têm 100 ou mais funcionários são obrigadas a destinar de 2% a 5% de seus cargos a pessoas com deficiência, o entrevistado revela a sua importância, mas expressa a necessidade desta ser implementada para atender melhor a pessoa com deficiência visual.

> Essa lei é o seguinte, deve inserir as pessoas no mercado de trabalho? Deve, é a lei, mas não é pela pessoa ter uma deficiência que vai colocar. Acho que deve ser feito um trabalho muito bem feito e conscientizador com o portador de necessidades especiais. Eles precisam trabalhar e devem trabalhar, porque assim como eu tenho a minha família, eles também têm. A nação precisa multiplicar o trabalho para eles e prepará-los. A lei favorece e veio exatamente dentro do progresso. (D.J)

Assim, apesar de encontrar barreiras por parte de alguns colegas de profissão que não tiveram o mínimo de empatia e tolerância ante a sua limitação D.J conseguiu superar determinadas situações e ser valorizado na profissão que escolheu. Capaz intelectualmente para servir à sociedade, encontrou o necessário apoio, cuidado, compreensão, colaboração e respeito da família e de amigos. Mas foi através de sua autoconfiança e auto-estima adquiridas em seu processo de formação pessoal e intelectual que o mesmo deu prosseguimento aos seus objetivos foi à luta, não desistiu.

D.J é autor de três livros e apesar de estar aposentado continua atuante, ministra palestras, pretende lançar mais três livros os quais já estão em andamento e tem um grande desejo de fazer parte da Academia de Letras.

Assim, convém notar na apreciação feita deste depoimento que o aprendizado pode ocorrer em vários espaços. Foram verificados alguns aspectos educativos que podem contribuir para a projeção profissional do deficiente visual, a partir do depoimento de D.J. Aspectos como a família, a interação com amigos, a socialização, o desenvolvimento de habilidades em um espaço educativo. Também foram observadas algumas barreiras, no caso o preconceito e a discriminação, vivenciada no ambiente de trabalho pelo entrevistado. Além disso, foram sugeridas algumas ações pelo mesmo, para viabilizar o acesso do deficiente visual ao mercado de trabalho o qual sinalizou a formação de professores na área de educação especial, bem como, o aprimoramento das leis direcionadas as pessoas com deficiência, sobretudo, as leis trabalhistas como medidas importantes.

5. CONSIDERAÇÃOES FINAIS

Com a apreciação das informações obtidas por meio do depoimento juntamente com as leituras realizadas, observamos a relação existente entre a educação e o trabalho. Sendo assim, para que o deficiente visual possa projetar-se profissionalmente é fundamental que o mesmo tenha acesso a uma educação de qualidade, que possa atender as suas necessidades específicas e que lhe proporcione o desenvolvimento de habilidades que possam favorecer o seu convívio social. Pois, observa-se que o baixo nível de escolaridade e a não qualificação profissional, que perpassa também por um tipo de educação são motivos de baixa absorção dessa mão de obra em questão.

A educação deve considerar questões relacionadas ao conhecimento da deficiência propriamente dita, sobre os instrumentos didáticos adequados ao aluno, bem como, sobre o entendimento da diferenciação no modo de intervir de acordo com o tipo de deficiência visual.

No que tange aos objetivos almejados com este trabalho foi possível identificar determinados aspectos educativos, relevantes ao processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência visual, a saber: a relação que a família estabelece com o sujeito a qual implica no desenvolvimento da auto-estima e aquisição da autoconfiança, fatores importantes para a conquista da autonomia. Desse modo, faz-se necessário que a pessoa possa ser conduzida e sentir-se incluída dentro de sua própria família. O convívio com outras pessoas permite que o indivíduo possa interagir, o que favorece a sua socialização. Além do apoio da família e de amigos é importante que esteja atrelado a estes aspectos, as práticas pedagógicas desenvolvidas na escola, a qual apropriada de um caráter inclusivo deverá ir além do conhecimento da deficiência em questão, assim deverá abarcar o desenvolvimento de aspectos atitudinais como: atitudes acolhedoras e inclusivas, a prática da valorização das diferenças, que não deve fazer-se presente somente no discurso promulgado nas leis.

Por existir uma relação entre educação e trabalho observamos, por meio das leituras, que deve haver mudanças estruturais e atitudinais nestes espaços. Ou seja, evidencia-se não só, a necessidade da adaptação do ambiente para favorecer a acessibilidade, mas também, é necessária uma mudança de mentalidade, a fim de que o preconceito possa ceder espaço à conscientização da capacidade e valor dessas

pessoas, não só como mão de obra, mas como seres humanos que também possuem direitos.

Assim, a escola precisa estar preparada estruturalmente, tanto com recursos materiais, quanto com recursos humanos. Os materiais didáticos devem ser adequados ao aprendizado do aluno com deficiência visual e ser disponibilizado, bem como os professores devem estar preparados para saber lidar com estas situações. Portanto, é relevante uma formação de professores que permita ao futuro professor ou ao professor agregar um conhecimento significativo para que o aluno possa ter uma formação acadêmica e profissional satisfatória, uma vez que esta última também perpassa por um tipo de educação.

No que se refere à projeção profissional dessas pessoas é imperioso que haja um trabalho de conscientização dentro das empresas para que o indivíduo não se sinta "deslocado", mas realmente incluído, contribuindo com o desempenho de suas atividades. Assim, não é só o sujeito que deve se preparar profissionalmente, mas para que haja o respeito à diversidade é necessário que os ambientes laborais possam ser acolhedores e construídos visando também o recrutamento dessas pessoas, uma vez que estas também têm o direito ao trabalho. Ademais, as efetivações das leis devem ser reguladas pelo apoio do Governo á estes espaços sociais, a fim de que estes possam cumprir a sua função social.

A inclusão profissional não pode ser baseada, simplesmente em sistemas de cotas, fazem-se necessárias políticas publicas que viabilizem a formação acadêmica e profissional das pessoas com deficiência.

Atualmente é quase consensual o reconhecimento com relação aos direitos das pessoas com deficiência e isto se deve as lutas e esforços de movimentos sociais representativos e das leis daí oriunda. Contudo, verifica-se que ainda existem opiniões deturpadas a respeito deste público devido à falta de conhecimento e consideração de suas capacidades e habilidades.

São muitos os desafios a serem vencidos no caminho para a inclusão efetiva das pessoas com deficiência visual, porém é imperiosa a mudança de conceitos imbricados na concepção de opiniões deturpadas. Para tanto, a educação tem um papel fundamental para que possa tornar real este objetivo que tem como incumbência à

“desconstrução” de idéias preconceituosas e a prática de ações que possam promover o sujeito em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BAHIA, Melissa Santos. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações**: contratando pessoas com deficiência. Rio de janeiro: Qualitymark, 2006.

_____. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações**: contratando pessoas com deficiência. Rio de janeiro: Qualitymark, 2006. p, 63.

_____. **Responsabilidade social e diversidade nas organizações**: contratando pessoas com deficiência. Rio de janeiro: Qualitymark, 2006. p, 65.

_____. **Responsabilidade social não é caridade.** Correio da Bahia, outubro de 2006b. Entrevista cedida à Mariana Rios. Disponível em: http//www.bengalalegal.com/melissa.php. Acesso em: 04 de junho de 2009.

BOAVENTURA**,** Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BORGES, José Antônio. **DOSVOX** – Um novo acesso dos cegos à cultura e ao trabalho. A cesso Brasil, nº 12632, maio de 2005. Disponível em: <http://www.acessobrasil.org.br. Acesso em: 02 de agosto de 2009.

BRASIL. Ministério do Emprego e do Trabalho. **Lei 8.213 de 24 de julho de 1991**. *Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência:* coletânea. Brasília: MTE, SIT/DSST, 1999a.

_____. Ministério do Emprego e do Trabalho. **Lei 8112 de 11 de dezembro de 1990**. *Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência*: coletânea. Brasília: MTE, SIT/DSST, 1999b.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Portaria MPOG n. 1.675/2006, de 6 de outubro de 2006. Estabelece orientação para os procedimentos operacionais a serem implementados na concessão de benefícios de que trata a Lei 8.112/90 e Lei 8.527/97, que abrange processos de saúde, e dá outras providências. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/ portal/aplicacoes/noticias/arquivos/061006_port_1675.pdf> Acesso em: 11 de junho de 2009.

_____. **Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro 1999**. Regulamenta a Lei nº. 7.7853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. *Lex* :Coletânea de Legislação e Jurisprudência, São Paulo, v.63, n.12, dez. 1999c.

_____. Governo Federal. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em http://www.trt02.gov.br/geral/tribunal2/legis/cf88. Acesso em 11/08/2009.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.

_____. **Decreto n. 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 dez. 2004. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004/2006/2004/Decreto/D5296.htm>Acesso em: 24 julho. 2009.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação especial brasileira**: Integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: Educ, 1993.

BUENO, Salvador Toro; Martín, Manuel Bueno. **Deficiência visual**: Aspectos piscoevolutivos e educativos. São Paulo, editora Santos, 2003.

CAIADO, Kátia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos. 2ª ed. Campinas, São Paulo: PUC, 2003.

_____. **Aluno deficiente visual na escola**: lembranças e depoimentos. 2ª ed. Campinas, São Paulo: PUC, 2003. p, 117.

DALL' Aqcqua, Maria Julia Canazza. **Intervenção no ambiente escolar**: estimulação visual de uma criança com visão subnormal ou baixa-visão. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação:** cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora UNESPE, 2000, p 67.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Marta (**Org.**). **Deficiência visual**. Brasilia: MEC. Secretaria de educação a distancia. Cadernos da Tv escola n. 1. 2000.

IBC. O encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em:<http//www.ibc.gov.br>.Acesso em: 5 de agosto de 2009.

JANUZZI, Gilberta Martino de. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KUENZER, Acácia Zeneida et al. **Educação e trabalho**. Salvador: Fator, 1988.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho**: redimensionando o singular no contexto universal. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

LIMA, Priscila Augusta. **Educação inclusiva e igualdade social**. São Paulo: Avercamp, 2006.

MASI, Ivete de. **A inclusão da pessoa com deficiência no mundo do trabalho**. In: SOUZA, Olga Solange Herval (**Org**.). Itinerários da inclusão da inclusão escolar: múltiplos olhares, saberes e práticas. Porto Alegre: Canoas, 2008. p, 107.

MASINI, Elcie F. Salzano. **O perceber e o relacionar-se do deficiente visual**: orientando professores especializados. Brasília: Cord, 1994.

MARQUES, Carlos Alberto; MARQUES, Luciana Pacheco. Do universo ao múltiplo: os caminhos da inclusão. In: LISITA, Verbena Moreira S. **Políticas educacionais para a, práticas escolares e alternativas de inclusão escolar**. Rio de Janeiro: DP&A editora e editora alternativa, 2003, p. 231.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo: Edusp, 1993.

OCHAÍTA, Esperanza; ROSA, Alberto. **Percepção, ação e conhecimento nas crianças cegas**. In: COLL, César; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús. Desenvolvimento psicológico e educação: transtornos do desenvolvimento e necessidades educativas especiais e aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 1995. cap. 12, p. 197.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. 2.ed. São Paulo: LTr, 2000.

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. **Relatos orais:** do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON (org.) Experimentos com Histórias de Vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988.

ROSS, Paulo Ricardo. **Educação e trabalho**: a conquista da diversidade ante as políticas neoliberais. In: BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Maria (orgs.). Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania. Campinas, São Paulo: Papirus, 1998. cap. 2 p. 94.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

_____. **Inclusão social**: os novos paradigmas para todos os grupos minoritários. 1997. Disponível em: <http://www.entreamigos.com.br.temas>. Acesso em: 06 de agosto de 2009.

SILVA, Adriane Giugni da. A educação profissional de pessoas com deficiência mental: a história da relação educação especial/trabalho na APAE-SP. 2000. 272 f. Tese (Doutoradoem Educação na Área de Metodologia de Ensino) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Disponível em:<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000195539>. Acesso em: 23 agosto. 2009.

APÊNDICE A – Termo de consentimento informal

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO PEDAGOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMAL

Eu, _____, CPF _____, tendo conhecimento do trabalho de conclusão de curso de autoria da Aluna Jaqueline Santiago Portugal, matriculada nesta instituição sobre o nº 200420906, autorizo a utilização dos registros de minha voz, especificamente para pesquisa, assim como a divulgação científica da mesma, desde que seja preservado meu anonimato.

Salvador, ... de ..... de .....

_____

Assinatura

APÊNDICE B – Roteiro para obter dados pessoais

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Orientadora: Profª Nelma de Cassia Silva Sandes
Aluna: Jaqueline Santiago Portugal

1) Dados Pessoais

Nome (iniciais) - _____

Idade - _____

2) Grau de escolaridade

Fundamental ( )
Ensino Médio ( )
Ensino Superior ( )

3) Área de trabalho

_____

ANEXO

Jaqueline – Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória de vida e da importância da educação para a sua formação profissional.

D.J - Sendo eu uma pessoa nascida no interior da Bahia, em Ilhéus; filho de pais trabalhadores, honestos, esforçados, dedicados à família e aos filhos, mas pessoas que não tinham muitos recursos para criar os seus filhos. Imagine os senhores naquela época onde não havia escola apropriada para o portador de necessidades visuais no interior. Aqui em Salvador, só havia precariamente, o Instituto de Cegos da Bahia, que era oferecido, com muita dificuldade, para quem tivesse filho portador de necessidades visuais.

Para se internar e estudar era necessário ter "pistolão" e o preconceito ainda existia, sobretudo o preconceito social. A pessoa portadora de necessidades visuais tinha que se superar, demonstrar inteligência e a família tinha que ajudar. O meu pai, que era muito conhecido na cidade, já tinha falecido, mas a minha mãe conseguiu com os políticos da época, que eram amigos do mesmo, lençóis, cama e colchões para o Instituto de Cegos da Bahia, a fim de que nós pudéssemos ir para ficarmos internados na instituição. Eu D.J, hoje o professor D.J, era criança e muito apegado à minha mãe, na época, não quis vim, chorei muito para não vir para Salvador, porque morávamos em Ilhéus e não queria me afastar dela (mãe). Mas, o meu irmão mais novo, também deficiente visual, cego, hoje Bacharel em Filosofia pela Universidade Católica de Recife e Bacharel em Teologia pelo Seminário Batista de Recife, veio e se animou. Como toda criança que tem sonhos e fantasias aqui ele conheceu uma menina com 8 anos e ele dizia "eu vou para Salvador, para aprender a fazer vassoura, para voltar para Ilhéus e me casar", mas porque dizia assim? Porque ele ouvia falar naquela época que as pessoas portadoras de necessidades visuais só aprendiam a fazer vassouras. Como ele tinha ansiedade de trabalhar e ser "alguém", então veio para aqui com 8 anos, dizendo que vinha para fazer vassoura. Mamãe então, o trazia todo mês de março, para as aulas, quando era no mês de junho vinha buscar, no começo de julho trazia novamente e em dezembro tinha as férias mais longas.

Com sua experiência, o meu irmão começou a me conscientizar que era bom, que ele chegava em Ilhéus lendo o Braile e minha mãe para que nós pudéssemos nos desenvolver mais e, sobretudo por mim ela se mudou para Salvador com toda a família, vendeu tudo o que tinha lá e nos botou em um navio. Todos nós viemos morar aqui em Salvador. Então, meu irmão mais novo que também não enxergava, já estava bem adiantado no Instituto de cegos, já ia fazer admissão, como fez. Eu que era mais velho comecei a estudar e fui interno também no Instituto. Só que já estávamos em Salvador, então eu ia para o Instituto na segunda-feira, quando era na sexta-feira eu voltava para casa. O Instituto de cegos era um lugar plausível, era muito bom. Havia uma orquestra que era a melhor da Bahia. Lá, nós internos estudávamos de tudo um pouco. Estudávamos música, fazíamos ginástica e obtínhamos todo o conhecimento relacionado com o Braile. Então passou a existir a lei que as pessoas que estudavam no Instituto de Cegos já podiam estudar em escolas comuns. As pessoas aprendiam a andar só, pois tinham o curso de locomoção que ensina a pessoa a andar de bengala pela rua, a utilizar os ônibus, a não tombar nos passeios, a se desviar das pessoas que vem em frente, dos obstáculos encontrados. As pessoas com necessidades visuais treinavam bem isso e ficavam no instituto. Mas, alguns pais confiavam, outros não.

Meu irmão aprendeu a andar com a bengala e passeava muito pelas ruas de Salvador. Uma vez eu tentei andar de bengala, que inclusive era emprestada de um amigo. Nas primeiras vezes que comecei a andar, tomei umas quedas e nunca mais tentei. Peguei a bengala coloquei no canto e disse: Eu vou andar de qualquer jeito mesmo. Eu saía com os meus irmãos, às vezes com amigos e às vezes eu saía só para os lugares que eu já conhecia, e assim, eu fui levando. Para ser o bastante para você, nunca usei bengala.

Eu fui para o Instituto de cegos com 17anos. Antes, quando eu morava em Ilhéus eu sabia as coisas decorando, porque lá não tinha Braile, então eu ia para a escola com os meus irmãos, porque eles estudavam na escola, mamãe me mandava eu ir e eu ia e ficava ouvindo.

Nessa escola que eu ia com meus irmãos, comecei a partir dos 10 anos, mas não ia todo o dia não, só quando tinha vontade. Mas, brincava de escola por influência dos meus irmãos e irmãs.

Eu comecei a estudar mesmo com 10 anos, mas era um estudo doméstico, experiência obtida em casa. Eu sabia muita tabuada, brincávamos muito de sabatina naquela época e eu fazia sabatina com um primo nosso que mamãe criou, eu sempre ganhava.

Nós sempre tivemos dificuldades. Como? Eu explico a você. Entretanto, parece que tínhamos um espírito que já nascemos para vencer, pois tínhamos boa vontade. O meu começo no Instituto de Cegos foi por influência do meu irmão que veio para Salvador com 8 anos assim que papai morreu, bem criança mesmo ele começou a estudar. Eu, por influência dele me superei, pois não queria vir devido à ligação que tinha com a minha mãe. Eu era tão ligado a "velha" que não constituí família enquanto ela era viva.

Em Salvador começamos a nos estabelecer, meu irmão estudou no Instituto de Cegos e depois fez admissão, que naquela época quando chegava na 5º série fazia-se o exame de admissão para o ensino fundamental que na época chamava de ginásio e foi estudar no ICEIA – Instituto Central de Educação Isaías Alves. Ele ia para o Instituto dos cegos que também fica no Barbalho e então sempre ia uma pessoa buscar.

Eu sempre fui uma pessoa dinâmica, nunca fui quieto no que se refere a lazer. Eu ia muito a praia, gostava de carnaval, tinha muitos amigos na época. Convém assinalar, que nós que não enxergávamos fazíamos muitas amizades e os amigos compreendiam e ajudavam muito juntamente com a família que orientava.

Eu comecei a trabalhar, compreendi que deveria vender dicionários, livros e vender anúncios para jornal e televisão. Como naquela época Salvador era muito bom de andar, eu não usava bengala, eu subia e descia a Avenida Sete, a Praça da Sé, Castro Alves, Rua Chile, Rua da Ajuda. Naquela época já estudava, saí do Instituto de cegos e fui estudar no Getúlio Vargas, saí e fiz admissão para entrar no ICEIA.

Jaqueline - Nesta escola você tinha algum recurso?

D.J – Não, era uma escola normal. A escola Getúlio Vargas era o seguinte: Eu fiz a metade do primário no Instituto de Cegos para aprender Braile, para poder estudar no Getúlio Vargas. Então fazia as minhas cópias em Braile, levava a máquina de braile para a escola para escrever.

Jaqueline - A máquina de Braile era sua ou a escola que disponibilizava o recurso?

D.J – Não, ás pessoas que podiam, o Instituto de cegos vendia e as que não podiam eles davam. Inicialmente a que eu tinha era emprestada pelo instituto, depois conseguimos comprar uma, porém roubaram e eu fiquei sem máquina. Já não estudava mais no instituto, quando um amigo viajou para o exterior, encomendei esta máquina que tenho até hoje, pois na época não existia no Brasil. Quem tem que estudar hoje, já tem outras opções, já tem outros aparelhos, a própria máquina de datilografia que já tem em braile, tem o computador para portadores de necessidades visuais e tem também o aparelho que a pessoa escreve e sai em braile, grava e escreve ao mesmo tempo, tem muitas coisas novas.

Então, eu saí da escola Getúlio Vargas que fiquei por um ano e fui para o ICEIA após fazer o teste de admissão, eu tinha na época 19 anos. Quando eu entrei no ICEIA fiquei mais “solto” socialmente, participei do grêmio. No ICEIA eu tive um professor que ignorava a minha presença, ele entrava na sala e eu só sabia porque eu escutava o som do giz no quadro, ele escrevia todo o apontamento no quadro e não ditava, para não ficar para trás, quando o professor saía da sala os meus colegas ditavam o apontamento para mim e eu escrevia com a máquina de Braile. Também tive um professor de português que me colocava em outras salas para ser monitor dos alunos, pois ele percebeu que eu entendia muito de verbo, então eu dava aula para os outros colegas, inclusive, passei a ser escritor por influência dele, quando eu lancei o livro (1), eu dediquei a ele. Busquei aprender música, pois para estudar canto tinha que saber italiano, então eu fui estudar também na Casa de Itália no Campo Grande por três anos para poder cantar as canções napolitanas.

Jaqueline – Você teve dificuldade de acesso a recursos didáticos?

D.J – Veja bem! Eu não tive dificuldades porque eu consegui uma bolsa de estudos de uma amiga chamada M.C, a quem dediquei o livro que escrevi, “Livro (2)”. Ela me ofereceu uma bolsa de estudos para aprender a tocar piano, pois ela ensinava na Escola Técnica Federal da Bahia. Um dia teve uma apresentação lá e eu falei que estava representando o ICEIA e depois eu cantei, ela gostou da minha voz, gostou também das minhas palavras e por isso me ofereceu a bolsa. Com relação aos recursos didáticos, também não tinha muita dificuldade, pois tinha a ajuda de uma amiga que também estudava piano. Eu ia para a casa dela e ela me ditava todos os apontamentos e eu passava para o braile, ela aprendeu o braile e vinha trazer aqui em casa também, com relação a isso não tive dificuldades, pois ela me ajudava, inclusive em dias de festa, ela deixava de sair para me ensinar, a mãe dela também a incentivava.

Eu fui estudar também no ACBEU, Associação Cultural Brasil Estados Unidos. Eu estudei seis anos, só que essas aulas não eram todos os dias, mas tive que passar a estudar á noite no ICEIA, porque o curso de música era de dia, na casa de Itália também e no ACBEU, era também de dia segunda, quarta e sexta. No ACBEU não tive dificuldades, porque tive a ajuda de uma colega que aprendeu o braile e passava todas as lições de inglês. Quando eu chegava à aula, que todo mundo tinha que ter o livro, todo mundo lia e eu acompanhava, as pessoas liam no idioma normal e eu lia através do braile. Quando tinha prova, ditavam a prova, eu copiava e respondia, quando eu me atrasava ia fazer a prova na biblioteca central e depois entregava a professora na secretaria. Tudo isso foram dificuldades superadas. Eu era um dos melhores alunos do ACBEU, os colegas de classe cooperavam muito.

Todo festival de música, eu participava. E passava a noite na televisão gravando música junto com os colegas. Uma vez estava passando na rua e encontrei com um primo e ele falou que tinha que ir para casa, pois os jornalistas estavam querendo me entrevistar, pois tinha sido classificado. Dei entrevista ao jornal Tribuna da Bahia e na televisão. Fui à emissora para pegar a credencial de classificação, porém como estava no período de vestibular eu desistir de participar do concurso de música (...).

Então, voltando para o ICEIA... No ICEIA eu fui secretário de intercâmbio social, fui diretor social e fui vice-presidente do grêmio. Quando eu saí do ICEIA, eu me inscrevi para fazer vestibular e cursei Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia. Posteriormente em prestei vestibular numa Faculdade particular para Pedagogia, como era particular, paguei a faculdade com o crédito educativo. Cursei Pedagogia e me especializei em Orientação educacional, depois fiz especialização em educação especial, na área de portadores de necessidades mentais, fiz também especialização em método de ensino e a minha última pós-graduação foi em Pedagogia organizacional e desenvolvimento de Recursos humanos. Depois voltei para a Federal e me matriculei numa disciplina de Psicologia da educação. Nessa época eu já trabalhava em escolas, trabalhava na Escola A, era coordenador e orientador e trabalhava na Escola B, lá eu ensinava moral e cívica. Nessa época viajava muito, pois, era chamado para fazer a formação dos professores nas áreas de Psicologia educacional, Sociologia e de Metodologia. Quando concluí a disciplina de Psicologia na Federal, fui trabalhar na Escola C e na Escola C fui ser orientador educacional, depois passei a ser ouvidor geral da escola, juntamente com uma professora. Então todas as queixas dos professores tinham que passar por mim. Depois passei a ser coordenador da escola até me aposentar. Convém notar que na Escola A eu permaneci por 10 anos. Ao completar 70 anos de idade, eu me aposentei por meio da aposentadoria compulsória.

Mesmo sendo portador de necessidades visuais, eu nunca me omiti em fazer as coisas. Como eu já lhe falei, já participei de festivais de música, me formei em Pedagogia, em Psicologia, tenho três livros publicados e tenho mais três para serem publicados. O meu sonho é a qualquer hora, como professor acadêmico, tomar posse na Academia Baiana de Letras. Então você pode observar o seguinte, que quando agente gosta do que faz, quando agente quer vencer na vida, qualquer obstáculo fica para trás, porque agente se supera e sempre quer fazer mais.

Para mim uma das coisas principais que jamais deve se afastar do ser humano é o respeito ao próximo. A pessoa não deve ser desonesta, não deve ser maldosa, porque pessoas que não tem hábitos e costumes bem formados são inconvenientes e ninguém quer se relacionar. Agora há o preconceito contra o deficiente visual quando ele está no

auge, quando no trabalho ele supera as pessoas que enxergam e, no caso, é bem relacionado e é preferido, as pessoas não gostam. Numa determinada escola que eu trabalhei eu sentia esse preconceito. Eu era bem relacionado, eu era chamado para representar a escola no IAT, Instituto Anísio Teixeira, como orientador era responsável pela assistência dos alunos nas faculdades, ia para Universidade Federal para assistir os alunos defenderem teses, os alunos dessas faculdades particulares, UNIME, Católica, FTC, Jorge Amado, "passavam pelas minhas mãos". As meninas que se formavam no ensino normal, me faziam entrevistas para colocar em seus relatórios, pois o meu conceito não era somente na escola, mas também devido às entrevistas que dei nos jornais, pelo trabalho educativo que eu desenvolvia com os alunos, pelos três livros que publiquei. Muitos colegas se impressionavam, como uma pessoa que não enxerga se sobressai tanto! Teve colegas que deixaram de falar comigo por causa disso e uma até que me perseguiu, com isso fiquei até doente. Perceba, você que está aí enxergando e vendo tudo a sua frente, imagine uma pessoa que não enxerga, trabalhando, sem maldade, fazendo de tudo para acertar e quanta gente que fica de cara feia e a pessoa não está enxergando isso, mas sente! Alguns alunos me diziam que quando ia me procurar as pessoas faziam sinal para eles não entrarem, eles saíam e depois me procuravam. Eu era muito querido, fazia o meu papel de educador, os orientava para não entrarem nesse time de malandragem, para terem cuidado com o corpo. Muitos alunos ainda me procuram muitos já homens e mulheres, casados que constituíram família. Eu tenho até uma frase que sempre digo: Cada aluno meu é um filho que Deus me deu. Eu tinha muito amor pelos meus alunos.

Jaqueline – Com relação às dificuldades no ambiente de trabalho, o senhor pode sinalizar?

D.J – Para ser bem claro, as dificuldades de trabalho da pessoa com deficiência visual são maiores quando esta não tem vocação para tal. Eu tinha vocação para trabalhar com gente, sempre gostei, sempre gostei de coordenar grupos, sempre gostei de orientar os alunos, dava aula, mas, nunca foi o meu forte dar aula.

A dificuldade que eu sentia no trabalho era de superar essas pessoas que tinham inveja por causa do que eu fazia. Embora eu seja uma pessoa negra a cultura prevalece com os cursos que eu fiz.

Quando faltava professor de psicologia eu entrava na sala e dava aula, ajudei a construir o projeto pedagógico, discutia juntamente com os professores, levava as idéias para casa e a minha contribuição eu levava novamente para a escola, pois em casa a minha esposa digitava o que eu havia escrito em braile.

Nunca ouvi um aluno chegar para mim e falar a palavra, cego ou se dirigir a mim com discriminação, pois eles sempre me respeitaram, alguns se dirigiam a mim como professor D.J e outros me chamavam de professor em inglês “teacher”, mas nunca em nenhuma escola que eu passei, aluno algum me desrespeitou.

Como coordenador eu levava os alunos para diversos lugares como a Base aérea, no dia da semana da Asa, levava para o Instituto Pestalozzi, no dia das crianças arranjávamos um mágico, os alunos levavam violão e brincavam com as crianças. Comecei este trabalho na Escola A e dei continuidade na Escola C, pois era um trabalho muito bonito.

Os portadores de necessidades visuais têm muitas virtudes e muitas atitudes. Não é pelo olhar da pessoa ser escuro que ela há de andar por caminhos obscuros. O coração e a mente da pessoa é que clareia e leva a pessoa a fazer somente coisas boas. E é exatamente o coração do homem e da mulher que os fazem cidadãos.

Antes havia, não sei se preconceito, não sei se coibição, que portadores de necessidades visuais só podiam estagiar e ensinar no Instituto de cegos, fosse inteligente como fosse, tivesse os dotes que tivesse. Mas, eu consegui quebrar esta barreira e fui ensinar em escola de ensino regular, fui coordenar professores. Lancei três livros, também não deixei de contribuir para ajudar o Instituto de Cegos, fiz algumas campanhas para ajudar os portadores de necessidades visuais. Hoje todo portador de necessidades especiais, seja ele qual for, têm que estar estudando, numa escola especial ou não. Ele pode ser professor também, ele pode trabalhar em bancos. Eu

mesmo já trabalhei no Banco Econômico, fui para ser telefonista, mas fiquei lá 15 dias, surgiu o trabalho na Escola A e tive que saí. Eu trabalhei na Escola B e na Escola C, ambas escolas públicas. Inclusive, eu me aposentei com 40 anos de trabalho com carteira assinada.

Jaqueline – Qual a sua opinião a respeito da Lei de quotas?

D.J – Essa lei é o seguinte, deve inserir as pessoas com deficiência no mercado de trabalho? Deve, é a lei, mas não é pela pessoa ter uma deficiência que vai colocar. Acho que deve ser feito um trabalho muito bem feito e conscientizador com o portador de necessidades especiais. Eles precisam trabalhar e devem trabalhar, porque assim como eu tenho a minha família, eles também têm. A nação precisa multiplicar o trabalho para eles e prepará-los para isso. A lei favorece e veio exatamente dentro do progresso. Há 20 anos atrás eu fiz parte da elaboração da Constituição daqui da Bahia e da Constituição Nacional. Eles Mandaram cada Estado escolher um grupo de pessoas para fazer parte da elaboração. Uma das coisas que eu dei muito parecer foi para melhorar a condição do portador de necessidades especiais no mercado de trabalho, para que as indústrias cuidassem também dos caminhos, para que eles pudessem passar que colocassem rampas, que facilitassem o acesso do portador de necessidades aos banheiros e que orientassem os trabalhadores das empresas para conviver com o portador de necessidades especais, saber como se dirigir a ele, saber como orientar. Então a lei é válida, nós precisamos incluir essas pessoas, demonstrar que todos somos iguais, e todos nós temos deficiência, não há ninguém perfeito, todos nós somos deficientes em alguma coisa. Eu acho que a lei chegou em boa hora devemos aprofundar esta lei e devemos lutar e contribuir para que a nação toda respeite essa lei e que entenda que o portador de necessidades especiais é cidadão.

Você já viu essa novela da menina? Que trabalho belíssimo do autor da novela! Ele merecia uma medalha de ouro, merecia um prêmio Nobel, mas essas coisas ninguém repara. Ele escreveu aquele papel bonito que a menina faz para chamar atenção.

Jaqueline - Você já trabalhou com portadores de necessidades especiais?

D.J – Eu sempre trabalhei com educação em geral nas escolas. Só no estágio que eu fiz no instituto de cegos, que eu trabalhei com portadores de necessidades visuais que estudavam música e outros.

Jaqueline – Lá na Escola C, tinha uma turma de alunos com necessidades visuais, tinha os professores que trabalhavam com eles e no caso você era coordenador. Mas também ajudava na tradução de materiais?

D.J - Ajudava quando o professor queria e quando eles não iam e estavam querendo fazer a prova. Aí eu me oferecia e fazia prova para o professor. Mesmo porque, os professores de educação especial não gostam que se intrometam no trabalho deles, porque eles ganham principalmente para isso. Mas eu ajudava, de acordo com o professor. Lá na Escola C eu ajudava em tudo.

Jaqueline - Você acha que a escola está preparada para inclusão?

D.J – Eu não. Acho que escola deve fazer muito para incluir. Agora a boa vontade está nascendo, porque antes nós não tínhamos educação especial nas universidades e hoje já temos. E cada menina que sai da faculdade é uma luz enorme que ilumina o caminho dos portadores de necessidades especiais. Porque ela pode fazer uma especialização nesta área. Então nós damos valor por isso.

Jaqueline - O que é necessário para viabilizar a inclusão do deficiente visual no mercado de trabalho?

D.J - Que o governo dê mais atenção às políticas públicas ligadas à educação especial, porque se as pessoas que são formadas em educação especial em várias áreas, tiverem apoio, então os portadores de necessidades especiais crescem, crescem porque vocês terão mais condições de convencer as empresas que eles têm condições, têm inteligência para prestar serviços, até mais do que aqueles funcionários que eles têm. E há vários exemplos de pessoas que somaram muito para as empresas. O governo tem que criar um leque de trabalho para facilitar o acesso deles a essas empresas.